

**PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Vereador Caio Miranda Carneiro

Folha nº 01 do Proc.
nº 01-98 de 20 18
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 101/094

16

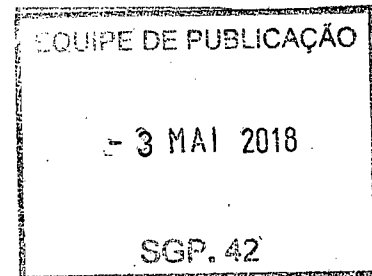
Projeto de Lei nº /18, do Vereador Caio Miranda Carneiro (PSB)

PL

98/2018

*Dispõe sobre o desmonte do Elevado
João Goulart ("Minhocão").*

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:



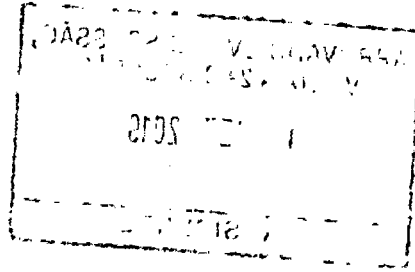
Art. 1º Fica o Executivo autorizado a realizar o desmonte do Elevado João Goulart ("Minhocão"), com a devida requalificação urbana da respectiva área e seu entorno, conforme o disposto no art. 375, parágrafo único, da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico do Município).

Art. 2º O Executivo terá o prazo de um 1 (um) ano, a partir da publicação desta lei, para concluir a avaliação dos impactos no trânsito da cidade decorrentes da restrição total de tráfego no Elevado e apresentar os devidos projetos de requalificação urbana.

Art. 3º Os projetos de requalificação urbana adotarão as medidas necessárias para readequar o sistema viário na região, priorizando soluções integradas de mobilidade urbana e de ocupação do espaço público para atividades culturais, esportivas e de lazer, atendidos os padrões de incomodidade vigentes.

Art. 4º O desmonte do Elevado deverá ser concomitante a sua completa desativação como via de tráfego, evitando o agravamento da poluição nos baixos do viaduto.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
02 a 03 e folha de informação
sob nº 04 .. 04/05/18
Ass: _____

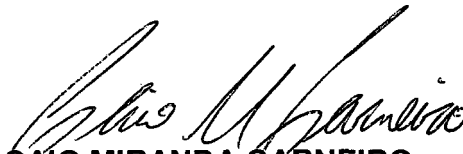
Kerdee Interleite de Andrade
Assistente Parlamentar
SGP-22



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Vereador Caio Miranda Carneiro

Folha nº 02 do Proc.
nº 01-98 de 20 18
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 1071094

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


CAIO MIRANDA CARNEIRO

VEREADOR



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Vereador Caio Miranda Carneiro

JUSTIFICATIVA

A recente **Lei nº 16.833, de 7 de fevereiro de 2018**, “criou” o *Parque Municipal do Minhocão*, com a desativação gradativa do Elevado João Goulart.

Entendemos que a criação desse Parque, mantendo-se a estrutura do Elevado, além de colocar em dúvida a necessidade de “reestruturação econômica do setor público municipal, com especial atenção à eficiência no cumprimento de suas finalidades e sustentabilidade”, tal como prevista no art. 1º, III, da **Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017** - que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD, e introduz alterações na Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015 -, não resolverá, mas agravará o problema de poluição sob o mesmo, gerando uma degradação ainda maior da região e seu entorno.

Com isso, entendemos que a completa desativação e o desmonte do Elevado João Goulart (“Minhocão”), com a devida requalificação urbana da respectiva área, a partir de soluções adequadas de mobilidade urbana e de lazer para a população, é a opção mais adequada, do ponto de vista econômico e técnico, para a cidade de São Paulo, em plena consonância com o disposto no art. 375, parágrafo único, da **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014** (Plano Diretor Estratégico do Município).



Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo nº 01 – PL 98 de 2018,/...../..... (a)

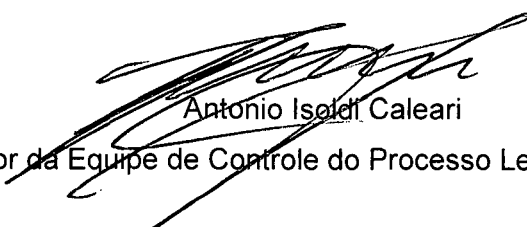
Carlos Eduardo de Andrade
Assistente Parlamentar

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 03 MAI 2018
Const., Just. e Leg. Particip.,
Pol. Urb., Metrop. e Meio Amb.,
Trâns., Transp., Al. Econ., Tur., Lcz. e Gastron.,
Finanças e Orçamento.
 PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

04 MAI 2018


Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 07/05/2018 AS 15 hs
POR Beatriz

SAÍDA: 29/05/2018 AS: 14 h 00 ASS.: Bia

Carlos Eduardo Gomes em 16/01/2020 12:10:11.

fls. 5

Matéria PL 98/2018. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?plD=195136>

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Seguem (anexo(s) de) (anexo(s) de)
ns. 05/06 . SP. 29/05/18

Livia
Livia Salomão Nogueira
Técnico Administrativo
RF: 11.274



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

098 154 6
Folha: 098
Folha: 154
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 098/18

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico - especialmente art. 265 e seguintes e parágrafo único do art. 375 (que trata especificamente do Elevado Costa e Silva); – especialmente arts. 29, 151 e 197;
- Lei Municipal nº 16.397 de 09 de março de 2016, que altera a denominação do logradouro que especifica para Parque Minhocão;
- Lei Municipal nº 16.833, de 07 de fevereiro de 2018, que cria o Parque municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha 06
P. 00. 098/18
Livia Salomão Piquel
RF 11.274

- Lei Municipal nº 16.525, de 25 de julho de 2016, que altera a denominação do Elevado Presidente Costa e Silva para Elevado Presidente João Goulart, e dá outras providências;

- PL 664/2005, que dispõe sobre a criação de um parque linear elevado no Elevado Costa e Silva, entre as Ruas Traipu e do Lavradio e Rua Ana Cintra, nos Distritos da Barra Funda e Santa Cecília, Subprefeituras da Lapa e da Sé, e dá outras providências;

- PL 486/16, que autoriza o Executivo a desmontar o Elevado Presidente João Goulart (Minhocão) e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 04.

São Paulo, 28 de maio de 2018.


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 29/05/18 às 14h00
RF
Fernando de Lima Gasparotto
RF. 11.272

Ao Nobre Vereador /A Nobre Vereadora
CLAUDIO FONSECA
Para Relatar.
Saia da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.
Em 30/05/18
Presidente
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias.
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

EM 30/05/2018 ÀS 15 HS

POR Bio

SAÍDA 18/06/18 ÀS 15 H 00 ASS: Bio

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

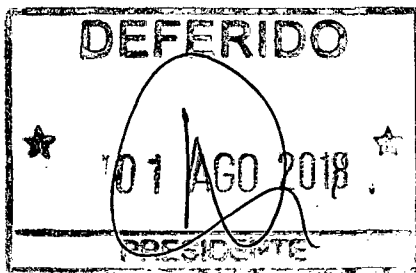
EM 03/08/2018 ÀS 18 HS

POR Bio

SAÍDA 15/08/18 ÀS 19 H 20 ASS: Bio

Segue juntado nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado sub folha(s)
nº 07 Em 21/06/18

Márcia Yoshimi Taniguchi Hosi
RF. 11.328 SGP. 12



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR MÁRIO COVAS NETO

Folha nº 07 do Proc
nº 98 de 20 18
Mércia Yoshimi Taniguchi Hosi
PE 11.336 - SGP 12

RDS
778/2018

REQUERIMENTO

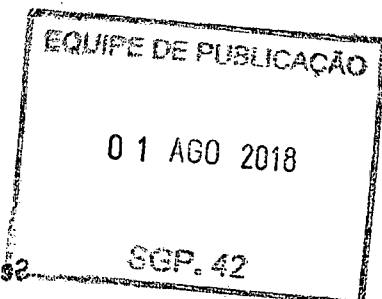
REQUEIRO, nos termos regimentais a coautoria no Projeto **Legislativo nº 98/2018**.

Sala das Sessões,


Mario Covas Neto
Vereador - PODEMOS

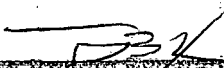
DE ACORDO!

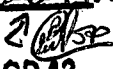
Caio Miranda Carneiro



Viaduto Jacareí, 100 - 5.º andar - sala 504 - Cep 01319-900 - Fone 3396-4444
E-mail: covas@camara.sp.gov.br Site: www.mariocovasneto.com.br

RE 11.336 - SGP. 42

A Comissão de:
CCJ
02/08/18

Jairo Batista Esperança Técnico Administrativo RF. 11.232

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado(s) sob folha(s)
nº 08 A 7019. Em 27/09/19.
Ugo Pozo 
RF 11.299 - SGP.12 



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: CAIO MIRANDA CARNEIRO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12/08/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Folha n°	03	do Proc.	11
Nº	PL-GR	de	20 18
Ugo Pozo			
RF 11.209			

Ugo Pozo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 1 DE 23

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Boa noite a todos e a todas. Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública que a Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa, realizada no ano de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br no link *Auditórios Online*. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no mesmo endereço, no link *audiências públicas*, registro escrito.

Esta audiência tem como objetivo discutir o PL 98/ 2018 de minha autoria e do meu colega Vereador Mario Covas Neto que dispõe sobre o desmonte do elevado João Goulart, o Minhocão.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Francisco Roberto Arantes Filho, Subprefeito da Sé; Sr. Leonardo Casal Santos, Subprefeito da Lapa; Sr. Fernando Chucre, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, que nos respondeu que não comparecerá devido a compromisso com o Sr. Prefeito, afirmando que não enviaria ninguém da Secretaria. De início, nós lamentamos porque, ao contrário do que parecia, enviesaram todo foco da Prefeitura para essa ideia do Parque do Minhocão, justificados pela lei aqui aprovada, que graças ao bom senso do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, está sob suspeição. Há uma ADIN que, até o final ano, será julgado o mérito, e que vai ser completamente anulada. Portanto, seria uma excelente oportunidade para o Secretário vir aqui ou mandar um representante para explicar qual o plano de seguir dentro da legalidade, mesmo querendo fazer o parque, ou seja, enviando um novo projeto para Câmara, se esse for o desejo, e aí fazendo um debate adequado.

O Sr. César Ricardo Martins, que é o 5º Promotor de Justiça e Habitação da Capital, que foi recentemente substituído pela Sra. Promotora de Justiça Denise Cristina da Silva, e ambos não poderão estar presentes, que também foram convidados. A Sra. Yara Goes, Presidente da Ação Local Amaral Gurgel e Diretora do Movimento Desmonte do Minhocão, que já está chegando; o Sr. Francisco Gomes Machado, Presidente do Conseg Santa Cecília, e peço que componha a Mesa; Conseg Santa Cecília compõe os bairros de Campos Eliseos e Barra Funda; A Sra. Patrícia Vila Nova Pereira, Presidente do Conseg Bela Vista, Liberdade e República, e o Artur vai representá-la; Sra. Marta Porta, Presidente do Conseg Consolação Higienópolis e Pacaembu, e peço que componha a Mesa; Sr. Lúcio Gomes, que não pode vir, disse que está em viagem ao exterior; Sra. Anne Marie Sumner, professora de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, confirmou, deve estar a caminho; Sra. Vera Luz, Prof. de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ainda não chegou; Sra. Alzira Monfré, Professora de Arquitetura do Centro Universitário Belas Artes; Sr. Sergio Eisenberg, Consultor de Engenharia de Tráfego, que não confirmou; Profa. Raquel Rolnik, que está viajando em período sabático, não está no Brasil; Sra. Paula Freire Santoro, Profa. da FAU da USP; Sra. Regina Meier, Profa. da FAU da USP; e Professor de Arquitetura Valter Caldana Júnior, ex-Presidente da FAU Mackenzie.

As inscrições para pronunciamentos estão abertas, ali ao lado, junto da secretaria da comissão.

Vamos aproveitar o tempo desta audiência. Vou fazer uma breve abertura.

Em primeiro lugar quero explicar para vocês que esse PL foi proposto, pergunto: foi dentro de qual contexto?

Eu sou Vereador desta legislatura, fui eleito em 2016, comecei em 2017. Quando tomei posse, o Plano Diretor já havia sido aprovado. Portanto, o Plano Diretor em vigor já prevê a desativação completa do Elevado João Goulart para veículos. Dessa forma, prevê três hipóteses de destinação para aquele elevado: transformá-lo totalmente em parque; parcialmente em parque; ou desmonte.

No ano de 2017 estava tramitando, já em estado avançado, um PL de iniciativa de outros Vereadores, que previa a criação do Parque do Minhocão. Fui contra o PL no mérito, votei contra em primeira e segunda discussão, mas foi aprovado, foi à sanção do Prefeito, ainda a época era o Prefeito João Doria. O João Doria sancionou, porém vetou a alínea C do artigo 4º, que previa que quando fosse realizada a desativação completa para veículos, as opções que a Prefeitura teria de fazer mediante consulta à população seriam: parcialmente parque; totalmente parque; ou desmonte.

Portanto, a lei aqui aprovada - ainda que ilegal e inconstitucional como acabamos suscitando ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça - no mérito, respeita minimamente o Plano Diretor. Mas com o veto foi desnaturada completamente porque além da ilegalidade e vício formal do projeto, foi também desrespeitado o ponto de vista material do Plano Diretor.

Temos então que revisitar a questão, e o que percebi como Vereador, toda vez que esse assunto vai para as redes sociais, para a grande imprensa, a população sequer sabe que o Plano Diretor definiu que vai ser desativado para veículos, mas a população não sabe. E o detalhe - o Artur bem me detalhou - é que a inclusão desse dispositivo no Plano Diretor foi feita através de emenda, não foi parte consistente de debates, das audiências públicas da época do Plano Diretor.

Estamos então reproduzindo um método de política pública que evita o debate público, evita, de fato,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULOSECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha n°	03	do Proc.
N°	12-98	de 20 18
Ugo Pozo		
RF 11.299		

fls. 13

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 2 DE 23

abrir para que a população, para todo mundo que é a favor de qualquer uma das hipóteses, traga os seus argumentos. E quem defende o desmonte, quem defende o parque ou quem defende que seja para veículos eternamente possa ter condições de construir esse projeto com a viabilidade técnica, com custo e todas as condições e impactos que traz.

Então hoje estamos com a ideia de parque, a ideia fixa do parque enfiada goela abaixo, inicialmente com premissa numa lei que vai ser anulada. E eu avisei lá atrás, avisei quando foi votada, avisei na audiência pública na assembleia. E o Fernando Chucre estava na Mesa, deu risada, não acreditou, e aí está a liminar. Eu quero ver reverter essa liminar...

Estudei Direito, me formei no Largo São Francisco, posso não ser um expert, não sou jurista, mas isso é o básico. A iniciativa de projeto de lei que representa ato concreto do Poder Executivo tem de vir do Poder Executivo. Se não nós, Vereadores, vamos criar hospitais, parques, escolas, vamos fazer a função do Prefeito, mas não, nosso Poder é Legislativo. Temos competência para propor leis? Sim, temos. Às vezes, a lei é inconstitucional, mas tem a função do debate, de criar polêmica, de jogar luz no problema, enfim.

A questão do Parque Minhocão está sendo posta hoje junto do contexto de recuperação do Centro. E a gente está vendo, no Anhangabaú está dando problema, o pessoal envolvido está lutando contra porque o diálogo não foi feito da forma correta. A questão do triângulo histórico também.

Não estou entrando nessas questões, mas estou sim entrando na questão do Minhocão porque sou morador da região e percebo que o real problema que aquela estrutura representa, o que ela abriga, não está sendo considerado, então embaixo do Minhocão é um grande tampão de poluição sonora e do ar; é um grande abrigo de pessoas em situação de rua, que é um problema social e de saúde, quando são pessoas dependentes químicas, que a Prefeitura e o Estado não têm condições de dar uma solução simples, não é fácil, não é uma coisa tranquila.

E a Cidade tem mais de 106 parques, não consegue privatizar esses parques. O Parque do Ibirapuera está um imbróglio, não consegue, e é o nosso maior parque. O Parque do Carmo está abandonado. Não estou falando isso contra o Prefeito atual, é uma questão difícil da Cidade, de orçamento. O espaço reservado para manejo de parque é pequeno, então os parques hoje estão todos com problemas.

São mais de 180 pontes e viadutos e viadutos que precisam de manutenção, precisam de vistoria. Houve interdição de pontos importantes aqui, na Marginal Pinheiros, na Marginal Tietê. Eu recebo a toda hora, no Whatsapp e no Facebook, imagens de pontes com juntas de dilatação ampliadas, em que entra uma pessoa, com problemas graves de estrutura.

O Minhocão não é diferente. O Minhocão vai completar 50 anos em 2020, tem a mesma idade do Viaduto da Marginal que foi interditado, que custou 20 milhões para recuperar, aquele que cedeu, e não um laudo decente que ateste a segurança da sua estrutura, para começar.

Nós já estamos com uma segunda ação pronta – eu não quero ter de fazer isso, mas pelas declarações que eu li na imprensa, não vai restar alternativa – para impedir que qualquer investimento de dinheiro público naquela estrutura seja feito enquanto não for feita a análise da segurança e da saúde daquela estrutura.

A licitação dos gradis do Minhocão, que a gente barrou pedindo para o Tribunal de Contas do Município, durante as férias... No recesso; férias entre aspas, férias para quem pôde viajar, eu não parei de trabalhar, embora fosse recesso. Prosseguiram com essa licitação, três milhões de reais para instalar gradil no Minhocão. Qual é o intuito disso? Cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta, que a 5ª Promotoria instaurou a pedido do Movimento Desmonte do Minhocão e da sociedade civil, porque a ideia inicial era só tirar os carros, ocupar e fazer o que quer lá. Isso não é possível, não é segurança, então foram colocar estruturas de segurança para o público ali. Só que qual é o sentido de fazer isso, se não se analisa a estrutura e ela pode ter risco de ceder, de cair, de ter comprometimento grave? Colocam-se três milhões de reais numa licitação para instalar gradil, depois se faz uma vistoria e percebe-se que está comprometido. Ai se perde dinheiro. Então é uma irresponsabilidade e uma insanidade seguir com essa coisa, como se fosse uma birra.

Esta audiência pública é para tentar jogar luz nesse debate, dar voz para todos vocês. Quem defende parque tem todo o direito de defender, é uma visão de cidade, a pessoa acredita nisso, acha que São Paulo tem condições de fazer adaptações naquela estrutura, no estado em que ela está hoje, para virar um parque, e tem condições de manter depois, por anos, aquilo como um parque. É direito seu acreditar nisso e defender isso democraticamente, mas pelas vias corretas.

Quem defende o desmonte – eu me incluo nisso – tem todo o direito de defender o desmonte. A gente não pode impor o desmonte para ninguém, mas a gente tem direito de defender o desmonte, com todos os benefícios que o desmonte tem, sabendo que uma obra de desmonte, uma operação de desmonte e de requalificação da região também tem seus transtornos. Só que dar uma solução ali tem transtornos.

E quem quer manter para carro, quem acha que é fundamental para o viário, onde vai enfiar os carros,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 3 DE 23

como eu sempre leio aqui também, isso para mim não cabe muito achismo. O Dr. Sérgio Eisenberg, que infelizmente não pôde estar aqui... Eu quero fazer depois uma audiência pública só para discutir a questão do viário, porque a gente não pode tapar o sol com a peneira.

Quem conhece a região, se você está ali no Shopping Bourbon, vindo da Pompéia, num domingo, quando o Minhocão está fechado para carros e embaixo, na Amaral Gurgel, pode inclusive estacionar, você vê a dificuldade de ir dali para o centro. Então é óbvio que tem impacto, quando simplesmente se tira a parte de cima. Só que no horário de pico também, se você andar ali, você vai ver que a entrada da Av. 23 de Maio, após a Praça Roosevelt, é uma faixa que entra um carro apenas, na curva à direita. Então é um funil que a partir de um dado número de veículos não dá vazão. Isso gera encavalamento e trânsito que, como um vaso comunicante, vai para o Minhocão, transporta lá para a Francisco Matarazzo. Isso é matemática, engenharia de trânsito. Tem de ser feito um AutoCad, uma simulação, tem que ser filmado e demonstrado. Não dá para ficar achando.

Mesmo quem defende bicicleta, ciclovias etc. sabe que aquilo que tem embaixo não é uma ciclovias. É uma faixa para bicicleta em cima do canteiro central, em que você tem que desviar das pessoas em situação de rua que estão ali, ou desviar da coluna, e você não vê o que está vindo, toda hora tem trombada, acidente, fora os assaltos.

Então, gente, essa discussão... Eu não estou sozinho nessa, o Mario Covas Neto é coautor comigo desse projeto. Eu já conversei com vários outros vereadores e vereadoras que concordam que, se for para desativar para veículos, que é o que está no Plano Diretor, a melhor alternativa é o desmonte.

Se a Prefeitura quiser fazer o debate correto, até quero dizer: a Câmara está fazendo uma enquete no site. Só que a enquete está errada. A enquete é "Desmonte: sim ou não?". Esse binarismo não vai responder nada, porque quem entrar no site vai dizer "não", porque quer manter para carro. Você pode dizer "não" para o desmonte, mas não estar defendendo o carro, estar defendendo só uma enquete que está jogada sem contexto.

Aliás, é até bom eu ler o PL, são cinco artigos. O PL é tranquilo. Ele autoriza a Prefeitura a desmontar o Minhocão, dando seguimento ao Plano Diretor, desde que a Prefeitura, no prazo de um ano da aprovação da lei, apresente todas as justificativas de viabilidade técnica do "sim" ou do "não", conforme a Prefeitura decidir, mostrando o porquê. É isso. Eu falo para a Prefeitura: pode tomar a decisão que quiser, com base na lei maior que é o Plano Diretor, mas mostre como e por que, e não só esse sentimento, "ah, é uma cidade do futuro, a cidade que não é para carro" e não sei o que, porque a gente fica só discutindo o sonho de cidade e a vida real fica para trás.

Esta audiência pública é mais uma oportunidade para a gente debater e que fique claro que o Brasil não aceita mais esse maniqueísmo, o fla-fluzinho de "ai, você é contra parque", "você é contra carro". Esse debate é muito mais amplo. O Minhocão, como está hoje, é um problema, traz vários problemas para a região, para os moradores. É uma estrutura ineficiente, no horário de pico ele não dá vazão coisa nenhuma.

Nós vamos instalar uma *time lapse* lá e filmar para mostrar. No horário de pico ele não dá vazão; ele dá fora do horário de pico. É confortável, você anda por cima, rapidinho você cruza, mas na hora do trânsito pesado ele trava, portanto é uma ilusão. E tudo isso é política baseada em evidências, em fatos. É isso que eu quero que a Prefeitura faça.

Espero que a gente tenha uma boa audiência pública hoje, e teremos outras. Eu faço questão de fazer uma focada só na questão do trânsito. Nessa questão não cabe achismo, a gente tem que dar resposta correta e mostrar exatamente o impacto e a importância.

Só para dar mais um número, a alça de acesso à Via Dutra, que ficou interditada por quase seis meses na Marginal Tietê, recebe mais veículos por dia do que o Minhocão, em volume. É uma alça de acesso à Via Dutra que o tempo todo tem fluxo de veículos. Passam mais veículos ali do que no Minhocão, e mesmo com ela fechada São Paulo não parou; ficou horrível o trânsito, mas não parou. Então a gente tem que pensar em dar uma solução.

Se for para manter para carros, que é a primeira opinião da maioria das pessoas, conforme a gente percebe nas redes, tem que ser feita auditoria e vistoria da estrutura. Ela está podre e velha. Tem que ser feito investimento pesado para recuperar, não é barato. E tem que ser mudado o Plano Diretor. Para mudar o Plano Diretor precisa de quórum qualificado aqui na Câmara, e podem ter certeza de que isso não é uma coisa simples de aprovar aqui. Mexer no Plano Diretor pontualmente, só nessa questão, acho bem improvável, vai vir um monte de jabuti e boeing no meio dessa história. Mas, enfim, essa é a realidade. Se quiser mudar, a sociedade tem que estar ciente disso.

Agradeço a todos pela atenção. Vamos abrir agora para os inscritos e para a Mesa também. O primeiro inscrito é o Sr. José Geraldo Santos Oliveira, do MDM. Vamos estipular um tempo de três minutos, para todos conseguirem falar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17594** DATA: **12/08/2019** FL: **4 DE 23**

Folha nº <u>10</u> do Proc. Nº <u>R-38</u> de 20 <u>18</u>
Ugo Pozo
RF <u>11299</u>

fls. 15

O SR. JOSÉ GERALDO SANTOS OLIVEIRA – Boa noite a todos. Boa noite, Vereador Caio. Eu o saúdo pela competência e pelo trabalho na Câmara Municipal de São Paulo. Só é uma pena que os demais componentes da Comissão não estejam presentes para ouvir a população, o que seria o mais natural.

Inicialmente, Vereador, quero dizer uma coisa: está havendo tortura na cidade de São Paulo. E incrível, senhoras e senhores, está havendo tortura. Os moradores do entorno do Minhocão estão sendo torturados há 45 anos por aquela aberração que é o Minhocão. Ninguém calcula. Quem mora ali sabe do que eu estou falando, mas quem não mora, quem mora em Perdizes, Moema, Morumbi, Jardins... Tem cidadão que mora nos Jardins e tem a rua fechada para a segurança dele, mas nós somos obrigados a aguentar o Minhocão dia e noite, problemas seríssimos e gravíssimos de segurança; problemas seríssimos e gravíssimos de saúde pública.

Eu mesmo sou exemplo. Minha esposa tem enfisema pulmonar; meu filho, rinite. Várias pessoas que moram no entorno do Minhocão têm problemas de saúde gravíssimos, até tumor. Temos até casos de suicídio por causa de depressão, de pessoas que moram ao lado do Minhocão. Parece brincadeira, parece uma piada, mas é a pura realidade. E ninguém vê isso. O poder público não vê isso. O poder público quer investir dinheiro nosso contra a saúde dos moradores do entorno do Minhocão. Saúde é um direito inalienável do Homem. Saúde é direito constitucional, artigo 5º da Constituição. Estão deixando para trás a saúde das pessoas que moram ao lado do Minhocão. Ninguém vê isso.

Agora querem fazer a ilha da fantasia em cima do Minhocão. Vamos acabar vendo aquele artista, o Ricardo Montalban, bonito, de terno branco, com o baixinho lá, andando ali em cima, porque é a ilha da fantasia aquilo. Fazer uma coisa ali em cima é ilha da fantasia, gente. Quem mora ali sabe disso. E eu vou aguentar agora uma ilha da fantasia em frente à minha casa? Os senhores aguentariam a ilha da fantasia, traficantes, criminosos circulando em cima do Minhocão, na frente de sua casa, de sua residência? É isso que querem fazer, Vereador, porque a ilha da fantasia só proporciona isso, não proporciona outra coisa legal, moral e bacana para os moradores.

Eu participo do Movimento Desmonte do Minhocão, que é composto por milhares e milhares de moradores dali. É lógico que vai surgir pessoa dizendo que mora ali e acha bacana fazer a ilha da fantasia; só que essas pessoas moram no décimo andar, moram nas coberturas dos edifícios, então veem de longe o Minhocão. Agora, quem mora ao lado do Minhocão, como é o meu caso, que eu moro no terceiro andar, sofre esse tipo de problema.

Problemas de saúde gravíssimos, Vereador, e ninguém está tomando consciência, ninguém está tomando providência nenhuma. O poder público quer gastar dinheiro fazendo uma ilhazinha, deixando a saúde dos moradores para trás. O importante é a vida, senhores, não é a visão do bonito. Nós temos que ter vida, nós temos que viver, nós temos que ter saúde. Ter saúde, com aquela ilha da fantasia, é brincadeira.

Até quando nós vamos ser tratados como cidadãos de última categoria, como Macunaima, Vereador? Nós somos tratados como Macunaima, quem mora ao lado do Minhocão. Quem mora ali sabe e sente na pele o que eu estou falando para os senhores. Então peço a atenção dos senhores e dos seus colegas. Eu gostaria muito que eles estivessem aqui presentes - não sei por que não estão, deve ter algum problema grave, sério -, para ouvir a população, ouvir os argumentos da população, ouvir os argumentos dos moradores do entorno do Minhocão, nós que somos lindeirinhos ao Minhocão.

Ouvir frase de quem mora nos Jardins, em rua fechada, com segurança particular e pessoal, é muito bacana. Mas eu quero ouvir a palavra de quem mora ao lado do Minhocão, do Elevado Costa e Silva. Isso que é importante, porque o problema está exatamente ali, não está lá nos Jardins. Não estou dizendo que essa pessoa não possa vir aqui discutir esse problema; pode e deve até, porque é contribuinte, é dinheiro que sai do seu bolso. Mas o problema está sendo gerado pelo poder público, agravando a situação de saúde pública dos moradores do entorno do Minhocão. É muito importante. Ninguém fala nisso. O problema de segurança é terrível. E que legislação esdrúxula é essa, Vereador, que faz com que a saúde pública vá para o buraco do lixo?

Muito obrigado. Até logo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – O segundo inscrito é Renê Alexis Munhoz, morador da região.

O SR. RENÊ ALEXIS MUNHOZ – Boa noite.

Escutando a fala do Vereador, me ocorreu uma coisa. Como o senhor disse, a lei que prevê a desativação já foi aprovada, mas é pouco divulgada, as pessoas não sabem, as pessoas acham que a questão é só parque ou demolição. Então uma sugestão que eu tenho é que seja feita a divulgação dessa lei de desativação, de que ela já existe, é um fato, porque isso esclareceria muita coisa à população. Ou seja, a desativação está prevista e, quando esse momento chegar, vai ter de escolher entre demolição e um parque suspenso – parque entre aspas. Eu não sei a quem cabe fazer essa divulgação, se são meios privados, não sei exatamente, mas acho muito importante que essa divulgação seja feita, de que a lei já aprovou a desativação,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 5 DE 23

não é uma questão de talvez ou de uma possibilidade; é uma lei.

A segunda sugestão. Eu estive na primeira audiência, quando apresentaram o projeto do parque, com lindos desenhos. Já foi feito concurso para arquitetos, apresentaram lindos projetos, com plantas, samambaias, árvores, bancos de madeira, piscina, enfim. Foi apresentado todo um projeto, bonitinho. Só que se a possibilidade é de parque ou desmonte, cadê a projeção artística ou arquitetônica da outra opção? Não tinha, só foi apresentado um lado. Isso deixou claro que a Prefeitura ou os interessados no parque já pré-aprovaram essa opção. Foi graças à intervenção do Vereador que esse projeto foi meio que congelado, por enquanto. Então minha sugestão é que a gente faça de alguma maneira com que a Prefeitura apresente a outra possibilidade, *slides*, desenhos arquitetônicos de como seria aquilo sem nada, sem o Minhocão. Eles apresentaram um projeto bonitinho de como seria com o parque. A gente quer ver a outra proposta em desenho. Existem fotografias antigas, antes de o Minhocão ser construído, que você usasse como referência. Não é difícil. Um arquiteto, um artista, um paisagista consegue dar uma visão de como seria a Avenida Amaral Gurgel e a São João sem a estrutura.

Então são minhas duas sugestões. Uma é informar sobre a lei que já foi aprovada e prevê a desativação. E a segunda é que a Prefeitura apresente a outra versão, as duas versões, para que todo mundo possa analisar. Isso de fato seria incluir toda a população na discussão, na minha opinião.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – A próxima inscrita é a Sra. Maria Ena Navarro.

A SRA. MARIA ENA NAVARRO – Boa noite.

Primeiro, agradeço ao Vereador Caio, que é uma luz de esperança na nossa vida.

Sou moradora da Amaral Gurgel há dez anos. Quando comprei meu apartamento eu tinha ciência de que tinha carros, mas eu não sabia que após as 20h os animais... Acho que animais é pouco falar, é muito, aliás. Aqueles seres inconsequentes frequentam o Minhocão. Quem mora não consegue dormir. Se você tem um filho, eu recomendo não abrir a janela, porque as coisas que você assiste são impossíveis. Teve uma peça de teatro de pessoas seminuas, exatamente 37 pessoas seminuas; foi da meia-noite até 1h30m. Como você vai abrir a janela e a criança vai ver aquilo, gente? O Minhocão se tornou um limbo. Lá pode tudo, entre o céu e o inferno. Lá pode tudo. Geralmente quem frequenta esse lugar não são moradores, são pessoas de fora, porque a gente conhece os vizinhos, conhece, mais ou menos, quem mora na região. Eu especialmente, porque eu ando o dia inteiro. Eu trabalho para uma multinacional e tenho que visitar moradores e todos da região. Então, eu sei quem frequenta lá.

Aos domingos, há passeios. Ai pessoas sentem num aquário, porque é o dia em que podem abrir suas janelas, para que entre uma brisa e entra um monte de gritos, tambores e pessoas olhando para dentro da sua casa. É tão legal abrir a janela. Ai dão até tchauzinho. Há grupos que vão de turismo lá tirar fotos. É uma maravilhosa. É tão gostoso abrir a janela. A minha janela da sala dá para aquela pracinha do Rotary. É gostoso abrir e ver aquelas árvores e tomar café próximo. Não dá, porque há gente que grita lá fora: "Dá um café". À noite, está impossível. Nesse final de semana, eu trabalhei num evento e cheguei às cinco horas da manhã. Eu tive que fechar as janelas da sala de jantar. Não dormem. Em finais de semanas, têm que programar para sair das suas casas. Durante a semana, pessoas dormem, e, no final de semana, têm que programar estar distante, porque não há paz. Do domingo, não conseguem assistir à talvez, ver um programa ou ouvir uma música, ficando no barulho do silêncio, que é maravilhoso, descansando a mente. Todo mundo aqui sabe como é o dia a dia, é zap, é televisão, é trabalho. Ai querem um pouco de barulho do silêncio. Impossível. Do lado do Minhocão é impossível, porque há de tudo que podem imaginar, fora as bebidas alcoólicas para qualquer pessoa, pois não há fiscalização alguma. Desculpem-me, mas não há. Andam ambulantes vendendo bebida alcoólica para quem quiser comprar e coisas ilícitas, que todo mundo está careca de saber. Costumam usar em cima do celular. Há pessoas andando com cachorros. Eu os amo, mas pitbulls sem coleiras e sem fucinheiras. Eu já vi até cobra. Há uma pessoa que tem uma cobra, que vai naquele isopor e coloca uma cobra branca, grande, que anda junto com o pessoal do pitbull, que soltam no Minhocão. Então, é esse zoológico morar ao lado do Minhocão.

Quanto ao trânsito, eu tenho ciência, como eu falei, que passam carros e é necessário haver uma via, uma artéria principal de São Paulo. Ao sábado, já filmei e tirei várias fotos. Veem três pessoas no Minhocão e lá em baixo um trânsito infernal de sábado, porque não há como se escoar o trânsito.

Eu agradeço pela oportunidade de falar, e expor o que todos os moradores, especialmente do meu prédio, na região, aliás, em toda a região, fala.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda) – Tem a palavra o Sr. Rogério Peixoto Lima.

O SR. ROGÉRIO PEIXOTO LIMA – Boa noite a todos. Muito obrigado pelo convite. Eu sou do Cads, Conselho de Meio Ambiente da Cidade Temática na zona Sul de São Paulo. A importância do desmonte do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULOSECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 6 DE 23

Folha nº	11	do Proc.
Nº	12-98	de 20 18
Ugo Pozo		
RE 11.209		

fls. 17

Minhocão é porque é uma estrutura que faz mal não só para as pessoas que moram ali naquela região. Faz mal para toda a cidade de São Paulo. Eu vou dar um número: São Paulo tem hoje 30% da sua população sofrendo algum tipo de transtorno mental. Esse número é do Rede Nossa São Paulo, de 2016. Pode ser que tenha aumentado agora e a gente não saiba. A gente não precisa ser médico nem psicólogo ou psiquiatra para saber que uma das razões disso é esse exagero do uso do concreto que há aqui em São Paulo. E o maior emblema disso é o Minhocão. Foi importante lá nos anos 70, quando foi feito, porque existia aquela mentalidade rodoviarista em São Paulo, em que o carro, o automóvel era o futuro da Cidade, mas agora o Minhocão perdeu o sentido de existir. Há hoje a mobilidade. Eu vou falar só de cinco anos para cá. Há uma linha de metrô nova que foi inaugurada, que está fazendo conexão com a linha Azul, que está chegando até o centro. Há a micromobilidade, que está avançando na cidade de São Paulo. Há o teletrabalho, que também está impactando positivamente na questão da mobilidade em São Paulo.

Houve um viaduto lá, na Marginal Pinheiros, que deu problema e foi interrompido. Disseram: "Isso vai dar um nó no trânsito". Não deu nó nenhum. Quer dizer, não há mais condições se manter o Minhocão.

Há a questão da manutenção, que já foi falada aqui. O Minhocão vai fazer 50 anos e nunca teve uma manutenção. A gente não sabe como está aquela estrutura. Ela pode ruir a qualquer momento e causar um desastre, uma tragédia grande.

A questão do suicídio, que foi falado aqui, tem a ver com aquilo que eu falei antes, da questão dos 30% da população, que tem algum tipo de transtorno mental, em virtude desse excesso de concreto de viadutos que há em São Paulo. Há pouquinhos áreas verdes, onde a população pode ter um pouquinho de lazer. Isso vai aumentar a sua saúde mental. Vai ser benéfico para a sua saúde mental. A gente não tem, em São Paulo, isso.

O Prof. Caldana já esteve aqui várias vezes e falou sobre isso muito bem, deixando muito claro. Para se fazer parque, é no chão, não é em via elevada. Não é porque Nova York que a gente vai ter que ter também aqui. A gente vai ficar agora copiando tudo o que há de ruim lá fora, para fazer aqui em São Paulo? Querem fazer parque, façam no chão. Existe espaço para fazer, existe maneira de se fazer. Não precisa ser uma área enorme de verde. Podem fazer um paisagismo decente, naquela região, criando um parque ali.

Muito obrigado pelo convite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto e morador do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos. Sou morador da região do Ipiranga. Parabéns ao Vereador, por essa apresentação. A questão do Minhocão já vem desde 1969, quando o ex-Prefeito Faria Lima já não queria fazer essa estrutura dentro da Cidade, porque vinha e vem prejudicando a visibilidade da paisagem urbanística da Cidade. Saindo lá da Avenida Francisco de Matarazzo, olhando o Mirante, no final da Avenida São João, acabou-se. Então, a paisagem da Cidade, a beleza da Cidade foi totalmente escondida. Eu passo ali de bicicleta, desço a Sumaré, pois eu pego eu Minhocão à noite. A privacidade das pessoas que moram ali se acabou. O valor imobiliário também foi destruído. Quem tem moradia ali sabe que se acabou a qualidade de vida, os seus imóveis foram desvalorizados.

A gente pergunta: "Cadê a operação Urbana Água Branca? Cadê o Plano Diretor de 1970, o Plano Diretor de 2002 e os planos de bairros dos subprefeitos?" Onde estão os planos de meta do nosso Prefeito e dos outros Prefeitos? Chegam aqui na Câmara Municipal e vão para o Tribunal de Contas. Prometem que vão fazer. São Paulo está com 17 mil pessoas morando nas ruas. Nós temos uma infraestrutura ferroviária espetacular, que pode cortar toda a cidade de São Paulo, que está abandonada. É questão de querer fazer e a sociedade participar e discutir isso. É interesse que estão pagando para ver o que está havendo aqui. Há repetição de pessoas que não têm a menor qualidade de conhecimento urbano e o centro da nossa Cidade, que hoje há uma quitinete. Eu moro em São Paulo desde os anos 70. Eu sou filho aqui da Cidade. Se falam: "Vamos à Cidade ver um filme?". Hoje há a Praça da Sé, que é suspensa, a Praça da República, que é suspensa. Todas as praças do centro da Cidade. O Parque da Independência é uma vergonha, está lá jogado e largado, porque o Sr. Prefeito não consegue resolver o problema. Há o Parque do Ibirapuera e o Parque Vila Lobos. Todos os parques estão abandonados. Ainda querem colocar mais de sete milhões de reais para se fazer o quê? Colocar vaso em cima de uma estrutura de 3,5 mil metros? É uma vergonha nacional e a sociedade diz: "É assim mesmo". Não é não. Nós estamos pagando para ver. Nós temos obrigação de cobrar do Sr. Prefeito e o Sr. Prefeito tem o dever de fazer cumprir. A Lei Orgânica está aí e é para ser cumprida. Nós temos 55 Vereadores e quatro conselheiros no Tribunal de Contas. Para que serve o Tribunal de Contas? Para quem serve? Andam no Minhocão e há uma prostituição à noite inteira. Eu passo às dez horas da noite, passo às onze e meia da noite, e é só palhaçada naquele Minhocão. Eu sou a favor do desmonte do Minhocão e ponto final, por uma São Paulo mais bonita.

Um abraço e até breve. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra o Sr. Bruno Maia.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 7 DE 23

O SR. BRUNO MAIA – Boa noite. Eu sou morador da região há 36 anos. Morei por cerca de 20 anos bem na frente do Minhocão, com janela bem na frente do Minhocão. Espanta-me muito ver o que quem mora na região tem passado nos últimos tempos, porque estivemos aqui, na última audiência. Vimos que há um projeto do parque feito por um Vereador que nunca morou na região. É patrocinado por empresários que nunca moraram na região. Todos moram em Moema ou Sena Paraíso, e eles não têm preocupação alguma em ouvir as pessoas do bairro. Nunca fizeram nada para nos ouvir. Faltam em todas as audiências ou em oportunidades que têm para discutir. Como disseram outro dia, isso já passou e tem que ser discutido. É um absurdo. Tratam as pessoas com arrogância e falta de educação nas redes sociais, como se fossem os donos do mundo. A quem interessa fazer um projeto como esse do parque, de pessoas que nunca pisaram aqui?

Como foi citado aqui, na última audiência, houve pessoas que falaram que moraram no bairro e não sabem nem o que acontece em baixo do Minhocão. Não sabiam que ônibus passavam lá. Não sabiam nem que o Parque da Água Branca fica no bairro ao lado. São pessoas que não sabem nem o que estão fazendo ali e estão querendo gastar dezenas de milhões de reais nisso, e vem a pergunta novamente: “A quem interessa e quem está por trás disso?”

Como foi falado, a gente vê uma São Paulo abandonada, com mais de cem parques abandonados, praças, miséria e a Prefeitura está querendo gastar dezenas de milhões de reais num parque e agora gastando, sei lá, 80 milhões no Anhangabaú, ainda ameaçando quem reclama, falando que vão processar. Então, não dá para se ter ideia desse desespero da Prefeitura, para fazer esse parque. Não dá para entender porque e o que está por trás disso.

Eu achei muito interessante falarem do trânsito, porque eu observo algumas coisas. Primeiro, quando fecham o Minhocão, hoje, de sábado, realmente, em alguns horários, fica um pouco de trânsito em baixo. Por quê? Porque existem dois semáforos na General Olímpio, que são totalmente desprogramados. Então, se vêm da Lapa, passam pela Conselheiro Brotero e está tudo livre, e o trânsito está todo represado ali atrás e estoura na Francisco Matarazzo.

Então, até gostaria de fazer um pedido, se alguém puder fazer um ofício para a CET ou algo parecido, para que observem isso. Está na cara que isso está mal planejado, não está funcionando e está prejudicando ainda mais.

Foi interessante uma coisa que o Sr. Caio disse. Eu bato na tecla, quando pessoas me questionam em redes sociais ou ao vivo. Sem o Minhocão, pessoas acham que o trânsito vai piorar, mas a vasão, nas duas pontas do Minhocão é a mesma. Se tirarem o Minhocão, a vasão vai continuar do mesmo tamanho. A saída da Francisco Matarazzo vai continuar naquela largura e a ligação Leste-Oeste vai continuar parada, com pessoal tentando entrar na única fixa para a 23 e quem está querendo ir para a zona Leste vai continuar parado.

Então, nós não vamos perder a capacidade de vasão da área tirando o Minhocão. Isso é uma coisa que sempre tem que ser dito, para quem se manifesta com esse medo do trânsito, porque eu já tive esse medo. No começo, eu era contra, mas agora eu vi que dá para fazer sim.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra o Sr. Césio Silva, Presidente da Associação Pró Campos Eliseos Melhor.

O SR. CÉSIO SILVA – Boa noite a todos. Eu estou Presidente da Associação de Moradores e Comerciantes de Campos Eliseos e também na diretoria do Conseg Santa Cecília. A gente que mora na região vê e convive diariamente com a questão de segurança em cima do Minhocão, ocorrências policiais constantes, por furto, roubo e agressões. Tudo acontece lá em cima e, com essa situação de parque, a gente vê que as coisas vão piorar, porque a gente vai ter uma cracolândia duplex, como já foi dito, porque já existe essa cracolândia. Hoje são moradores de rua e usuários de drogas e isso vai passar para o andar de cima agora. É o que vai acontecer lá.

Quanto à questão de trânsito, eu vejo uma solução muito boa. Nós temos outro elefante branco chamado terminal de ônibus Amaral Gurgel. Esse terminal não tem finalidade alguma. A quantidade de ônibus que saiu daquele terminal é ínfima. Então, se se pegam uma ligação da Avenida São João por dentro, onde está o terminal hoje, ligando à Amaral Gurgel, resolve-se toda a questão do trânsito na região, tirando aquele terminal, que não vai falta alguma para a região.

Quanto à questão de parques, hoje nós temos os jardins suspensos, paredões de jardim, que fizeram e hoje é um problema para os edifícios, porque a manutenção é caríssima, e não há manutenção e hoje é um problema que os condomínios arrumaram para suas vidas. Com o parque, vai ser a mesma coisa, porque se hoje não há como manterem os que existem, muito menos vão manter os que fizeram em cima. Vai ser dinheiro jogado na lata do lixo, e a população não vai ter benefício algum com isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra a Sra. Marisa Barros.

A SRA. MARISA BARROS – Boa noite a todos. Eu acompanho a história do Minhocão com o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULOSECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 8 DE 23

Folha nº 12	do Proc. nº 19
Nº 12-38	de 20 18
Ugo Pezo	
RF 11.209	

Vereador Caio, com a Sra. Iara e o Dr. Machado há um ano. Eu já ouvi todas as explicações. A Sra. Iara fez um estudo profundo. Aqui particularmente eu vou me deter a duas situações. Eu sou veterinária da área médica, e, em primeiro lugar, está a Saúde. Então, realmente todos aqueles poluentes aéreos provocam câncer e depressão, como o nosso morador falou.

Imagem morando num apartamento e é construído um viaduto. Ai esse imóvel é desvalorizado. Não conseguem vendê-lo e nem se mudarem de lá. Precisam continuar ali, e respira aquele ar impuro e ninguém faz nada durante anos; ou um casal que não pode ter filhos porque tem medo de o bebê ter enfisema pulmonar. Aqui a gente coloca numa balança duas situações: a área do transporte, que realmente é matéria boa, que todos que têm carros adoram; e a parte da saúde pública. Esses são os dois principais fatores, além da violência e da mãe da cracolândia, que é o Minhocão também.

O que é mais importante, a saúde ou o transporte? Eu acredito que a saúde venha em primeiro lugar. O transporte pode ser futuramente melhorado por meio de outras formas. Um jardim suspenso, como o de Nova York, é muito oneroso, e aqui a Prefeitura está tentando criar uma coisa que é superonerosa para a cidade de São Paulo. Isso não há sentido.

Então, pensem bens, cidadãos de São Paulo. O que é melhor? As pessoas realmente que moram ali, milhares de pessoas que moram no primeiro, segundo, terceiro e quarto andares, no decorrer aquele viaduto inteiro, eu não sei quantas pessoas são. Alguém tem um estudo sobre o número de pessoas que moram nos primeiros andares, que respiram esse ar, que têm asma, que têm alergia e têm depressão, por causa dos poluentes? Legalmente, o cidadão da cidade de São Paulo tem direito ao ar puro. Então, por que isso não está acontecendo? Respodam. Por que os cidadãos que usam os veículos, que passam pelo Minhocão, quando escutam essa proposta e sabem o que está acontecendo com os outros cidadãos, não estão nem aí com a saúde e com o estilo de vida dos seus amigos moradores da cidade de São Paulo. Por que há esse egoísmo? Por que as pessoas não sentem os outros? Em cidades mais evoluídas, na Europa, um cidadão já tem um amadurecimento emocional sim, de sentir o outro e de fazer com que a totalidade da Cidade melhore. Aqui, na cidade de São Paulo, a gente vai ter que melhorar isso. Aqui eu acho que o cidadão deve ter uns três anos de idade que briga para pegar o brinquedo. Ele não vê o outro. É esse o nosso nível mental. Então, eu proponho que a gente tenha que melhorar isso.

Muito obrigada. (Palmas)

Temos a presença agora do Vereador Mario Covas Neto, coautor do PL. Somos autores juntos do PL que propõe o desmonte, e o Sr. Zuzinha participou da discussão do Plano Diretor. Então, S.Exa. tem um histórico. S.Exa. participou desse debate lá.

Aproveito a oportunidade para reforçar que essa é uma ótima oportunidade para a gente debater e ouvir a população. É uma pena que o Sr. Secretário Fernando Chucre e os seus assessores, que são tão entusiastas do parque insistem em fazer na marra mesmo, com a lei suspenso judicialmente, não venham participar e ouvir dos moradores as angústias, os problemas e os medos, porque, no final das contas, se a Prefeitura quiser fazer qualquer coisa, ela vai fazer. Ela tem o poder de fazer, só que não precisa ser desse jeito. Então, às vezes, um Secretário ou outro acaba se esquecendo de que o debate público é importante para a democracia. Às vezes, ouvir o que lhe desagrada provoca-o a buscar outras visões e melhorar as políticas públicas. Então, realmente lamento, mas fico feliz por meu Colega Mario Covas Neto estar aqui, a quem admiro bastante, conhece bastante a Cidade e sempre preza pelo debate público. S.Exa. sempre fala da importância do espaço do debate.

Tem a palavra o nobre Vereador Mario Covas Neto, para fazer seus comentários desse tema tão importante.

O SR. MARIO COVAS NETO – Obrigado, nobre Vereador Caio Miranda Carneiro. Deixo público que o Vereador Caio Miranda Carneiro é uma das revelações aqui na Câmara Municipal. No seu primeiro mandato, eu digo que S.Exa. é um jovem velho, porque tem a seriedade de alguém que já tem anos de experiência e correção. É um ótimo Vereador. Realmente eu fico feliz porque é uma renovação que a Câmara está tendo, de alguém com a sua capacidade. Falo isso aqui abertamente porque eu penso dessa forma. Não é uma coisa que eu estou aqui simplesmente elogiando um Colega. Eu estou falando porque eu penso assim. S.Exa. sabe disso. Já tive oportunidade de falar isso. (Palmas)

Para mim, esse assunto do Minhocão não é novo. A gente já teve essa oportunidade. Eu recebi moradores do entorno, quando ainda da época da discussão do Plano Diretor, onde já se falava sobre o desmonte. O que aconteceu é que no plano diretor abriu a possibilidade do desmonte como abriu e como abriu a possibilidade de PAC. Aquilo ficou em aberto, mas o mais importante ali foi dar uma nova destinação ao Minhocão. Esse foi o avanço do plano diretor.

Aqui na Casa temos um Vereador que sempre brigou muito para que aquilo se transformasse num parque, o Vereador Police. Não tenho nenhum reparo, acho que faz parte da atividade política mesmo de que cada um defenda o seu ponto de vista. Está certo e faz parte da discussão. E ele conseguiu de alguma forma convencer – acho que tem muito do dedo dele – o Executivo a ir por essa linha.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 9 DE 23

Na época, quando falava do desmonte, sempre a minha preocupação foi em como fazer o sistema viário alternativo, porque tirando o Minhocão vamos congestionar uma área que hoje já é supercarregada de tráfego. Então pensava, quem sabe fazendo uma nova avenida que venha margeando a linha férrea que vem desde a Lapa para cá. De repente um acordo entre a Prefeitura e a CPTM de tal forma que fosse feita uma nova via expressa por ali. Ótimo, era uma solução possível. Cara, mas possível para resolver o problema de trânsito.

Mas na hora em que se anuncia a criação do parque é que o problema do trânsito foi superado. Ora, se a Prefeitura através do seu órgão de trânsito identifica que é possível abrir mão de parte do Minhocão sem interferir no trânsito, então ao invés de fazer um parque é melhor desmontar e são vários os motivos. Começa por um claro que é a questão dos vários viadutos de São Paulo que estão com problemas. Um desses vários viadutos é o Minhocão. Se o Minhocão tem problema a ponto de se fazer laudo para verificar sua estrutura, como é que vai transformar numa outra coisa.

Quem passa ali pela Amaral Gurgel quando está chovendo vê a quantidade de água que escorre. Enfim, toda ponte, todo viaduto em que se está por baixo não vaza água, como é que vaza tanta água por ali. Ou seja, dá a impressão para o leigo de que algo não está certo ali. Ai se faz um jardim suspenso e vamos ter de nos lembrar de que o jardim da 23 de Maio hoje está pela metade.

Então a conservação disso, ainda que se faça um negócio muito bonito, é complicada. E mais, para onde vai escoar a água? Como vai ser feito o sistema de irrigação e de tratamento disso? Como vai ser no final de semana quando for aberto para a população, em que vai se transformar e pior, o que vai se transformar embaixo disso.

Por todos esses motivos e quem vive ali no entorno, enfim, não pode abrir a janela de casa. E não é no primeiro andar, é em qualquer andar, a quantidade de poluentes, poluente sonoro, poluente ambiental de todo tipo é enorme, fuligem e tal. Realmente, essa solução me parece eventualmente bonita para um cartão postal, só, mas não para morar lá.

Por isso fiquei muito feliz e acho que essa era a nossa iniciativa mesmo, de poder mostrar que a posição na Câmara não é de maioria, ou pelo menos não é unanime em relação ao caminho que está sendo trilhado. Vamos lutar para tentar reverter isso e já que a situação de trânsito está resolvida vamos desmontar. Vamos fazer aquela parte de baixo virar um boulevard. Quando se tira aquela sustentação pode-se aumentar mais uma ou duas faixas embaixo, pode-se transformar aquilo num corredor viário mais ágil até. Ou não. Ou fazer um belo boulevard, fazer eventualmente uma pista subterrânea ou fazer outra avenida seguindo a CPTM, enfim, seja lá o que for.

Mas manter uma estrutura onde a Prefeitura já está decidindo não utilizar para veículos, então tire tudo de lá. Essa é nossa ideia e por isso propusemos e mais do que isso, esta audiência pública é um pouco para termos mais respaldo. É importante porque percebemos que uma parte dos Vereadores não está se posicionando. E quanto mais argumentos para convencê-los maior a chance de sucesso.

Por isso agradeço a presença de todos, por terem vindo e participado. Espero que nos ajudem a convencer os demais colegas de que esse é o melhor caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Seguindo com a nossa lista da população inscrita, tem a palavra a Sra. Raquel Ferreira, moradora.

A SRA. RAQUEL FERREIRA – O Vereador Mario Covas ajudou um pouco a diminuir o nível da minha fala. Ia falar desses tais projetos que existem, são vários e até agora nenhum projeto de melhorar o trânsito foi para frente, até porque o da CPTM que é o mais viável, vamos dizer assim, teria de ter um acordo com a própria CPTM que precisaria fazer adequações na via e não existe nenhuma dessas adequações, principalmente naquele viaduto que passa em cima da Av. do Estado e que parte dele caiu, precisaria ser reformado para suportar o peso de uma via em cima.

O Minhocão hoje, para tentar entrar em detalhes técnicos sobre a parte de infraestrutura, está totalmente comprometido. Primeiro, porque as manutenções feitas foram feitas só um pouco. Aquele jeito vai Brasil, não foram concluídas, só começaram e não terminaram. Sempre foi assim, nunca começar e nunca terminar. Isso acaba comprometendo a estrutura e a questão das juntas de ligação que o Vereador Mario Covas falou, as juntas existem porque o concreto dilata. Só que essas juntas abriram demais, deveriam ter sido corrigidas em manutenções. Não sei nem como ainda não chegou lá no Minhocão aqueles extensores que a Prefeitura está com mania de colocar para não entrar água da chuva. Não sei como ainda não colocaram no Minhocão, porque em outros viadutos foram colocados extensores para tentar diminuir o espaço das juntas de dilatação.

Falando um pouco na parte de transporte, como o Mario Covas mesmo citou, quando se tira a pilastra pode se fazer qualquer tipo de adequação viária no local. Então o trânsito não é 100% do problema, mas a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº <u>13</u>	do Proc. nº <u>R-38</u>
de 20 <u>8</u>	
Ugo Pozo	
RF 11.209	

fls. 21

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 10 DE 23

Prefeitura também não pode querer fazer a força, fazer o cidadão deixar de usar o carro para passar a utilizar o transporte público ou qualquer outro tipo de transporte. Essa mudança deve ser feita por incentivos por ser uma política mais afirmativa, não aquele bate e pronto, eu que decido e pronto acabou. Isso não é democracia, não deixar a população escolher o jeito que quer se locomover na Cidade. Está tirando o direito individual.

E há outras formas de promover o transporte público ali na região do Minhocão. Hoje temos o corredor que poderia ser ampliado até o Terminal Amaral Gurgel que falam que é inútil. O Terminal Amaral Gurgel não é inútil, é a Prefeitura que o transforma em inútil. É super bem localizado e tem espaço de sobra para ter as linhas lá. O Princesa Izabel está lotado, dava para colocar a linha na Amaral Gurgel. Não põe porque a SPTrans faz o Terminal ficar inútil. E também dá para mover o Terminal. Não precisa deixar de existir, porque as linhas que estão lá foram de reclamações de moradores, porque todas as linhas paravam nas ruas e foi daí que, em 2004, foi criado o Terminal Amaral Gurgel, para retirar essas linhas que estavam espalhadas e concentrar num local só.

E dava para por o Terminal Amaral Gurgel ali mesmo perto do Metrô Santa Cecília, mas tem a alça de acesso ali do Largo do Arouche. No eventual desmonte do Minhocão aquela alça vai deixar de existir. É só empurrar o Terminal para a alça e deixar o espaço livre para a via conectando a São João de novo com a Amaral Gurgel. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Raquel, qual é a instituição?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Você era da Respira São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Participou bastante do debate da lei de mudanças climáticas também, conhece bastante do sistema de transporte da Cidade.

A próxima inscrita é a Tatiana Bagatini.

A SRA. TATIANA BAGATINI – Boa noite a todos. Sou moradora de frente para o Minhocão, como muitos já falaram em outras audiências, só reforço que os moradores não querem aquilo. Só em remédios para asma eu devo gastar uma faixa de 200, 300 reais por mês. Não posso abrir as minhas janelas, temos de ficar com a janela fechada por causa do ruído e da fuligem, como já foi falado aqui.

Quero reforçar outros pontos, como o Mario Covas falou, pensar em aumentar mais para o trânsito eu acho que não. Há um anseio da população de querer um parque e por que a outra parte não veio aqui? As pessoas falam que já existe um parque, aquele parque lá em cima já é usado, na verdade vamos ressignificar o Viaduto, enfim, por quê? Desespero. É um desespero por áreas de lazer.

Então uma proposta boa que sugiro até reforçando o que o Rene falou: fazer uma transformação com o desmonte e uma transformação para requalificar em uma avenida diferenciada com áreas de lazer. Talvez manter as pistas que já existem, uma delas é até faixa para ônibus, mas mantendo a largura do canteiro central, já temos uma ciclovia que passa nele e pode enriquecer aquilo, por exemplo, no local das pilastras poderia por árvores, vegetação, o custo disso é menor.

Trabalho na área ambiental e sei que o custo da irrigação de vasos, porque num falso parque numa laje não pode ter árvore. Árvore precisa de raiz, de solo, o pessoal que faz todos aqueles projetos esquece-se disso. E esquece também que não estamos em Nova Iorque, estamos numa Cidade em que as parcerias público/privadas não têm funcionado tão bem. Vide como o Mario Covas bem citou, a 23 de Maio, uma parte dos jardins suspensos morreu, uma parte foi roubada por moradores de rua porque eles têm dificuldade de ter acesso à água e arrebentam as mangueiras.

As laterais, nas antenas dos prédios, alguns jardins verticais que estão ali próximo mesmo do Minhocão, morreram. Um jardim num vaso precisa de irrigação constante e quando se têm árvores no solo, além de atender o anseio da população, há estudos mostrando que a presença de árvores com copa aumenta a saúde mental da população, ajuda a filtrar os poluentes. E também tem um custo menor para a Prefeitura, para o Poder Público, porque a irrigação é muito menor, só é necessária depois de uma seca prolongada em que é preciso compensar o déficit hídrico do solo. Mas com chuva, tirando o cimento das raízes, a árvore estando exposta à chuva não precisa de tanta irrigação. O custo para a Prefeitura é muito menor e temos de frisar isso.

Sugiro que se coloque de uma maneira mais propositiva avenidas no parque. Acho muito importante apresentar um projeto ou pedir que a Prefeitura desenvolva da mesma forma que foi desenvolvido um projeto com simulações da parte de cima. Que façam simulações da parte de baixo com projeção arquitetônica, com todos os desenhos para nos basearmos com modelos que têm na cidade de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 11 DE 23

Morei na zona Norte, na Av. Brás Leme a largura do canteiro é maior, pode ser uma adaptação daquilo, sobrepostas as fotos de quando não tinha o Minhocão. Você tem árvores grandes no canteiro central, a Av. Sumaré é um modelo semelhante, tem ciclofaixa e tem árvores, é bonito, até as próprias imobiliárias que hoje podem estar do lado e querendo um parque para ter algo diferenciado em frente ao seu lançamento para ter um diferencial. Ao invés de ter um parque suspenso imitando Nova Iorque teria uma avenida, um boulevard diferenciado com esse canteiro central. Uma nova Sumaré, uma nova Brás Leme. Isso pode ser feito, é um gasto bem menor, mais econômico e atende o anseio da população por lazer.

Por exemplo, aos domingos, porque já me falaram que o Minhocão é mais largo do que o canteiro central, domingo de sol fica muito movimento, então as crianças, a família, tudo o que o Professor Caldana já falou: faz em cima e pode fazer embaixo. No domingo que em geral o trânsito é menor pode fechar algumas faixas talvez para avenida de lazer.

O SR. MARIO COVAS NETO – Como é a Paulista.

A SRA. TATIANA BAGATINI – Exatamente. Ou toda ou algumas faixas deixando os ônibus, mas para fazer um projeto disso e realmente frisar – o Mario Covas não estava quando foi falado –, toda vez que for mencionado ou até chamar a imprensa antes, que já existe o plano diretor e que carro ali não vai mais passar. Está todo mundo insistindo aqui no trânsito, mas isso tem de ser falado para a imprensa a todo o momento: e os carros? Acho que até a Deputada Estadual Janaina Paschoal teve essa preocupação, mas e os carros?

Isso já é uma questão superada, senão daqui a pouco numa próxima audiência alguém vai falar: vamos anular esse item, fazer uma emenda ao plano diretor para que continue passando carro na minha janela. Se for acontecer isso eu prefiro que não, mas vou ter de recorrer ao Vereador Caio para ajudar a fazer um projeto que diminua o imposto pago. De repente até ganho um auxílio para desconto em farmácias, porque não é possível. Os que pagam IPTU que paguem menos, pela agressão urbanística que temos na nossa janela, se não tirarem aqueles carros e aquela estrutura de concreto de lá, então vamos parar de pagar impostos ali. Um morador dos Jardins que tem a rua fechada - como foi falado aqui - e vou pagar também sendo que não posso abrir minha janela.

Quero agradecer de público o Vereador Caio, porque antes de ter sido novamente embargada a licitação dos gradis laterais, estavam fazendo obras muito barulhentas e fiquei perturbando a Assessora do Caio, mandando todos os vídeos. À 1h eles começavam a fazer, apesar de ter sido proibido pelo TCU o parque, a obra, eles estavam fazendo de uma maneira camuflada. Inclusive, um dos sinais de que um viaduto está condenado é ter árvores crescendo. Foram lá e arrancaram as árvores, mas ninguém viu nenhuma obra para consertar a estrutura para não ter aquela rachadura.

Desculpem se me estendi, mas acho que cabe muito esse agradecimento. Foi recebida a denúncia e foi rapidamente o TCU e não vimos mais esse tipo de obra. Nossos vizinhos viram, eles começavam à meia-noite num lugar que fecha às 20h, por que não faziam das 20h à meia-noite? Começavam da meia-noite às 2h, a impressão é de que estavam fazendo escondido e arrancando um revestimento, os matos, para dar aquela maquiada mesmo e tentar fazer à força o que estava sendo proibido. Faziam na calada da madrugada na nossa orelha.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Simulavam limpeza com água, aquela limpeza padrão e no meio estava vindo essa...

A SRA. TATIANA BAGATINI – É. Estavam arrancando ali. Peço desculpas por ter estendido meu tempo, mas é isso, há um mês que conseguimos dormir da meia-noite até às 2h, porque parou esse barulho.

Muito obrigada.

O SR. MARIO COVAS NETO – Só um esclarecimento, o Plano Diretor não diz que o Minhocão vai ser desativado, ele autoriza e prevê que pode ser. Isso pode acontecer a qualquer tempo ou até não acontecer. Então a questão é exatamente essa. Chegou-se à conclusão que pode não utilizar, então a questão de trânsito já está solucionada. Então, tira. É só para dizer que não é que já está decidido que não vai ter mais, não, está só autorizativo que pode não ter.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Só uma informação. A questão da mobilidade é um debate difícil de fazer quando está sendo enfiado o parque goela abaixo. Por exemplo, a Subprefeitura da Sé tem zero estação de bicicleta compartilhada no momento, o que é um absurdo. Todos os bairros da Subprefeitura da Sé são os mais irrigados com opções de transporte. É onde é mais difícil andar de carro e parar carro, estacionamento mais caro da Cidade e não tem uma *bike* compartilhada hoje.

Já que é para assumir a agenda que a gente acha que é importante que dar mais alternativas de transporte, a gente sair do modal unicamente de carro e ter opções, a bike é muito importante para se conectar com as opções de transporte, você fazer parte do trajeto de bicicleta, tem que ser compartilhada no Centro. Pinheiros tem, Vila Mariana tem, Lapa tem, até a Cidade Tiradentes tem e a Sé não tem.

O pessoal que defende o parque tem de trazer essa agenda também e ajudar a gente a cobrar para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº	14	do Proc.	23
Nº	12-38	de 20	18
Ugo Pezo			
RF 11-200			

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 12 DE 23

que a Prefeitura acelere o irrigamento de opções de bicicleta compartilhada por que, depois, se desmontado e feita uma ciclovia, que é importante...O Mario Covas falou, a Faria Lima e a Berrini são duas avenidas em que optou-se por fazer ciclovia - Avenida Paulista mesmo devia seguir até o Jabaquara - e as pessoas estão usando. Há um volume pesado. Sumaré, então...Já que é para agenda, então, vamos ser coerentes.

A próxima inscrita é a munícipe Luciana Silva.

A SRA. LUCIANA SILVA - Boa noite a todos e a todas. Estou aqui apenas como cidadã. O que eu acho incrível que esse tipo de coisa esteja acontecendo nesta Cidade do País porque vemos a carência total não só do Brasil, mas nas cidades.

Outra coisa, o péssimo transporte coletivo. O metrô fica aí décadas e décadas para ser construída uma estação.

Quando se refere ao morador de rua que estão lá debaixo do Minhocão, antes de tudo eles são seres humanos e são brasileiros. Com tanto problema que tem para ter resolvido no País, fica-se discutindo se vai fazer parque. Tudo no Brasil agora se move através das empreiteiras. As empreiteiras mandam e desmandam sem a menor responsabilidade, tanto é que foram arrumar as calçadas lá no trecho do Hospital São Paulo e as pessoas caindo, pessoa de cadeira de roda caindo, pessoas que não podiam andar...estavam lá e não se via uma GCM, não se via uma viatura da polícia, não via ninguém das empreiteiras.

O que é isso? Agora vem com essa conversa de fazer de Minhocão? O que não falta em São Paulo são parques abandonados, no lixo, na maior imundice, sem a menor conservação, sem nada.

Sobre o jardim suspenso. O Governador mandou fazer lá quando ele era Prefeito e apagou o trabalho do Kobra e as imagens do Sr. Silvio Santos ficou lá.

Você está rindo por quê, Mario? Estou falando piada?

O SR. MARIO COVAS NETO – A senhora está com raiva de mim?

Tem outras pessoas rindo na sala ou não? Por que marcou diretamente comigo?

A SRA. LUCIANA SILVA - Eu quero aproveitar aqui e saber a situação dos moradores de rua na praça em frente ao Hospital Pérola Byington porque estamos sabendo que há uma viatura da GCM 24h, da Polícia Militar e que foi depois que o Governador tomou posse porque não é para segurança de ninguém, é para a segurança do Sr. Silvio Santos. Por que não pega as pessoas que estão abandonadas lá na rua e não leva ao teatro dele? Uma pessoa tão rica, bilionária, não vai fazer falta nenhuma para ele.

Desculpa, mas é isso. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Agora que eu entendi. O teatro é o Teatro Imprensa, não o do Zé Celso que briga com o Silvio por causa do outro terreno.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – O próximo inscrito é o Sr. Gabriel Rostey, do Conselho Municipal de Política Urbana, Conselho Participativo e também Renova Centro.

O SR. GABRIEL ROSTEY - Boa noite.

Sou Gabriel Rostey, do Conselho Participativo Municipal da Sé, do Conselho Municipal de Política Urbana, do Renova Centro.

Quereria parabenizar os Vereadores por realizarem o que a Prefeitura deveria ter feito, que é esse processo que dá mais transparência. A população tem que ser envolvida mesmo. Só para ilustrar, Em Seul desativaram uma espécie de um Minhocão que eles tinham lá na beira de um rio. Foram 900 e poucas audiências públicas que eles realizaram ao longo de anos para ver como se fazer a intervenção ali. Aqui não, aqui o Imperador decide o que vai ser feito e pronto.

Na minha visão, essa questão do trânsito, uma coisa é o poder público discutir, os vereadores discutirem por que é uma etapa necessária para se chegar à conclusão do que deve ser feito, mas o órgão técnico, que é a CET, já falou que é possível parar o trânsito lá, o Plano Diretor prevê mesmo a desativação – não dá uma data, mas prevê sim a desativação do trânsito lá.

Na minha visão é meio que contraproducente para a ideia do desmonte começar a falar do desmonte em contraposição ao trânsito, simplesmente porque o trânsito vai parar lá de qualquer maneira, seja como parque seja como desmonte, não vai continuar carro passando pelo Minhocão. A partir do momento em que a gente começa a defender o desmonte, falar da questão do trânsito, parece que a oposição ao carro está lá e a maior parte das pessoas ainda tem essa visão muito "carrocêntrica" é a ideia do desmonte e nisso essa ideia que vendem do parque vai falando. Então, eu acho que não interessa ficar abordando tanto a questão do trânsito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 13 DE 23

Muito se falou da *Highline* aqui. Além de todas as diferenças evidentes que existem nas sociedades daqui, dos Estados Unidos, de parceria público privada, que lá é mantida por entidade privada e tal, o principal é a questão física. Isso é o que me incomoda quando eu vejo pessoas usando a *Highline* para defender um parque no Minhocão porque a *Highline* foi uma ferrovia elevada implantada no meio dos quarteirões. Foi um investimento bilionário. Ela foi feita na década de 30. Existia uma ferrovia no nível da rua lá e tinha muito acidente. Então, eles resolveram fazer uma ferrovia elevada e desapropriaram 640 edifícios e com investimento, em valores atualizados, de 1,8 bilhão de dólares, alguma coisa assim.

Não tem nada a ver com isso que é no meio do espaço público. Só para explicar, a *Highline* passa no meio dos quarteirões e ocupa espaço onde tinha prédio antes. A pessoa que está andando na rua só vê a *Highline* quando passa por cima das perpendiculares. Só assim você vê a *Highline*, de resto, ela está dentro do quarteirão.

Agora, comparar isso com algo que tem o dobro da largura da *Highline* quase, que é jogada em cima do espaço público, é um absurdo. Não tem absolutamente nada a ver, por isso eu digo sem medo nenhum que é uma irresponsabilidade fazer um parque ali, gastar dinheiro para perpetuar aquela situação que ainda aumentaria o tráfego de veículos na parte de baixo e aumentaria o efeito tampão que acontece lá no Minhocão.

Tem estudo da USP que a própria Prefeitura colocou na análise que ela fez sobre o Minhocão mostrando como os índices de poluição tanto do ar quanto sonoro são muito piores do que a média da Cidade. O coordenador do estudo é professor associado de Harvard. Ele disse que é feito o efeito tampão porque o ar sai do veículo e não consegue se dispensar naturalmente na atmosfera porque tem a estrutura do elevado que fica mantendo o ar ali embaixo. A partir do momento em que não tenha mais o trânsito de veículos em cima, vai aumentar o trânsito de veículos embaixo e aí vai ficar pior ainda o nível de poluição comparado a hoje.

Tenho essa posição convicta de que lá não se deve fazer um parque e, outra, pode sim fazer um parque no chão. Essa frase do professor Caldam que é famosa: "não tem nada que se possa fazer em cima que não se possa fazer melhor embaixo". É só ver a imagem da Praça Marechal, como era antes com quase nove mil metros quadrados de área verde. O canteiro central que se pode fazer, em Lima tem uma avenida que tem 30 metros de largura, que é a mesma largura do Corredor da São João, e tem um canteiro central com vegetação, com ciclovia, com bancos.

A estrutura física não é o principal e a maior prova disso é a Avenida Paulista fechada para carros aos domingos, que é cheia de pedestres, ciclistas, etc., só que é uma avenida que tem vida o resto do tempo. Então, você vai aos sábados quando tem os veículos e as pessoas estão usando da mesma forma. A quantidade é menor, mas sempre tem atividade, sempre tem artista de rua, sempre tem gente andando, ao passo que nós temos quilômetros de calçada no Centro que se você for lá no sábado, especialmente no domingo, não tem viva alma andando basicamente porque é uma condição social. O espaço físico é resignificado pelas pessoas quando é possível e esse é um exemplo prático que estou dando da Paulista em relação ao Centro.

Se você faz uma avenida agradável lá, tem muito mais gente que vai utilizar essa avenida do que a quantidade de pessoas que está usando o chamado parque porque tem outra armadilha nessa história: qualquer parque tem muito mais movimento aos fins de semana do que durante a semana. A gente olha o número de pessoas que tem no Minhocão sempre pelo pico porque a gente olha as pessoas lá ou em feriados, ou sábado ou domingo. Então, sempre está com o que seria mais próximo do pico que ele vai ter. Durante a semana não vai ter aquela quantidade de pessoas.

É engraçado quem fica falando que a população já se apropriou. A população já se apropriou porque aquela estrutura está lá e têm momentos em que não passa carro, então, as pessoas usam. Agora, não é possível a gente se apropriar da avenida como a gente se apropriaria se tirar aquele monstrengo dali de cima? Façam o experimento de tirar o monstrengo que eu tenho certeza que vai ficar claro que a população vai se apropriar também.

A Praça Marechal tem um resto de área verde ninguém usa simplesmente por causa do efeito nocivo que o Minhocão provoca na área.

Fala-se muito da *Highline*, do *Promenade Plantée* e outros parques elevados que existem no exterior, só que eles são outra face da mesma moeda do caso de Seul, do caso de Boston, do caso do Rio de Janeiro, que eliminou o elevado da Perimetral e tantas outras cidades mundo afora, que é a busca por uma melhor qualidade urbanística.

É simples, as estruturas que têm condições como a *Highline* tem, como *Promenade Plantée*, de Paris, que foi o primeiro parque elevado do mundo e que também é no quarteirão, não ocupa o espaço público, essas sim podem ser adequadas para receber um parque elevado, o Minhocão não. Assim como o Minhocão, em várias cidades do mundo essas estruturas foram desmontadas ou demolidas e o Minhocão - é importante que fique claro - ele pode ser desmontado de uma maneira rápida.

Posto isso, é absurdo que existindo só duas alternativas, a Prefeitura não tem a transparência de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº	15	do Proc. nº	25
Nº	K-38	de	20/18
Ugo Pezo			
RF 11.200			

[Assinatura]

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 14 DE 23

mostrar desde o início quais são os caminhos para cada uma dessas alternativas, independentemente das nossas opiniões sobre qual é a melhor, porque eu já vi de *renders* de como fica o parque ali em cima do viaduto, falam dos custos, prazo, agora, quando a gente fala sobre a questão do desmonte, a Prefeitura fala que não sabe se é possível, parece que tem complicação. Como é que pode existindo só duas alternativas a Prefeitura da Cidade que deveria buscar a transparência e buscar a melhor alternativa possível para a população, simplesmente, não saber quanto é o custo para se desmontar, qual seria o prazo, mostrar as imagens, as alternativas, para que a população pudesse conhecer e saber melhor do que ela quer para área.

Obrigado e desculpa pelo tempo que eu falei. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – As inscrições estão encerradas. Ainda restam três colegas inscritos.

O próximo inscrito é Samuel Guterman, do Renova Brasil.

O SR. SAMUEL GUTERMAN – Boa noite a todos.

Como o Caio falou, sou do Renova e as pessoas acabam, às vezes, se surpreendendo porque eu tenho 18 anos de idade e todos são grandes formados, carreiras consolidadas e eu saí do ensino médio no passado.

O que a gente aprende no Renova é como renovar a política no geral e o Renova deste semestre, em especial, é a renovação no âmbito Municipal: Vereadores, Prefeitos, etc.

E essa questão do Minhocão, do abandono dos cidadãos, condenando eles ao ostracismo, é um grande exemplo de uma política velha. A fala do Sr. Arlindo foi crucial: o Prefeito não faz nada. Ou seja, você consegue perceber que existe um distanciamento entre a política e o povo, que está reclamando do Minhocão, que causa diversos problemas para aquela população que vive na região e ao pessoal que trafega por ali também; e o Prefeito simplesmente não escuta, ele se fecha.

O que discordo geralmente do pessoal da renova é que, para a renovação, a gente tem de se espelhar, especialmente em infraestrutura, nos países desenvolvidos. E a gente pode fazer do nosso jeitinho, a gente tem nosso arroz com feijão, a gente pode fazer à nossa maneira.

O Vereador Caio Miranda e o Vereador Mario Covas apresentaram esse projeto que é uma esperança, porque, em vez de postar nos *stories* da sua página na internet, o Vereador Caio marcou uma audiência e chamou os cidadãos, para olhar no olho, ouvir a voz deles. Isso sim que é política de verdade, é estar próximo do povo. Não é só você postar *stories* e andar de ônibus, mas é preciso olhar no olho das pessoas.

O Minhocão é um tumor para as pessoas que vivem ali na região, é uma depressão, doenças psiquiátricas, e o Prefeito não faz nada. Doenças cardiorrespiratórias, e o Prefeito não faz nada. O Minhocão é um tumor, e o Prefeito não faz nada.

Eu tenho depressão, há quatro anos. Eu tentei o suicídio, três vezes. Entendo a dor dessas pessoas, mesmo nunca tendo morado ali no Minhocão. Tirar o Viaduto João Goulart é cortar esse mal pela raiz.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra o Sr. Rafael Calabria, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

O SR. RAFAEL CALABRIA - Boa noite a todos, Vereadores que compõem a Mesa. Sou pesquisador do Idec de mobilidade urbana e a gente atua em prol de mobilidade sustentável, menos poluente.

Temos acompanhado essa discussão, que já tem bastante tempo, desde antes do Plano Diretor, e tentado trazer dados para qualificar um pouco a discussão. E, no intuito de aumentar as opções, de fato a gente precisa parar de pensar só como carro, veículo individual, e para não ser uma guerra, porque não é uma briguinha contra o carro.

Existem estudos, principalmente fora do Brasil, mostrando que retirar espaço não gera trânsito, é um desestímulo ao uso do carro e as pessoas naturalmente buscam outros meios. Tivemos um exemplo contrário bem recente, que foi a duplicação da Marginal, que fez aumentar o trânsito, porque quando alarga você estimula a pessoa a usar o carro; e quando se constrói uma linha de metrô, como a Linha Lilás, você estimula a pessoa a usar o metrô. Então a construção de infraestrutura de mobilidade é um estímulo, e não é só um atendimento. Por isso que retirar o Minhocão não vai piorar o trânsito. É claro que vai essa mudança vai gerar impactos nas primeiras semanas. Tem de ser explicado, tem de ser transparente e público, mas não vai piorar o trânsito, a médio prazo.

A exemplo, temos cidades americanas fazendo *free waze* e pistas expressas para melhorar um pouco o ar da cidade e para distribuir o trânsito, principalmente em bairros que são ortogonais, como é o caso da Santa Cecília e de Campos Eliseos. Temos bastante dados mostrando melhoras nesse sentido.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594

DATA: 12/08/2019

FL: 15 DE 23

E sobre o Minhocão, nós compilamos dados sobre isso e, com dados da CET e da SPTrans, a Av. São João, ali no térreo, só as pistas de carro, transporta 20 mil pessoas; e o Minhocão, 40 mil pessoas, que é o dobro. Mas o corredor da São João, com as linhas Pirituba e Lapa, transporta 200 mil pessoas. Então o Minhocão suporta cinco vezes menos pessoas do que o corredor, por isso o corredor é essencial para a Cidade, e não o Minhocão.

E as linhas de metrô e CPTM, a 7, a 8 e a 3, transportam mais de 700 mil, só no horário de pico. Então, a gente tem bastantes dados mostrando que o Minhocão não é tão essencial, mas a gente pode sim buscar alternativas, como o Vereador colocou, com outros meios de transportes, com bicicleta, aumentando calçadas, melhorando as travessias do entorno, que são ruins por causa do excesso de volume. Porque tirando o Minhocão a av. Francisco Matarazzo vai poder volume também, melhorando o trânsito naquela região, que também é muito acelerado e pouco humanizado.

Como o senhor falou também, vai melhorar a via ali, arborizar, para a melhoria da qualidade ambiental do entorno; e não só pensando em carro, mas na vida das pessoas na Cidade.

Portanto, queria só deixar esse impulso, esse apoio, com dados, para que a gente não fique pensando só no carro, mas na Cidade, nas pessoas, e no que é mais deficiente para a Cidade, que não é o Minhocão definitivamente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Sr. Rafael, o Sr. Arthur perguntou se você tem dados da rua Amaral Gurgel.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Se for mantido o Minhocão, a Amaral Gurgel é a única que precisa realmente ser desativada, por conta do fluxo por baixo, da rua da Consolação, senão o fluxo do trânsito tem que ir até a rua da Consolação para descer. E é justamente o que o Prefeito está fazendo, ele quer desativar o Minhocão justamente na parte que é o maior problema do trânsito para a região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Tem a palavra o Sr. Fábio D'Urso, do Conselho Participativo Municipal.

O SR. FÁBIO D'URSO - Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Vereador Caio Miranda e na pessoa do Vereador Mario Covas Neto.

O Conselho Participativo Municipal promoveu um debate sobre o que seria melhor para a região da Santa Cecília: manter o Minhocão, fazer um parque, ou ter um desmonte? Contamos com a colaboração do Movimento do Desmonte do Minhocão, dos Consegs; a Marta colaborou muito; o Arthur, pelo Conseg da Bela Vista colaborou conosco também; O Conseg da Santa Cecília também nos ajudou.

Recebemos todos os atores no Conselho Participativo Municipal: o Poder Público, e recebemos quem era contra e quem era a favor do parque. Chegou-se à conclusão que o melhor para aquela região é o desmonte do Minhocão, que dará nova vida para todo o entorno, vai promover a valorização dos imóveis, que hoje estão desagrados; e valorizará todo o bairro da Santa Cecília, desde a Água Branca até o Glicério.

Eu queria dar testemunho do debate que nós travamos no Conselho Participativo e da conclusão que se chegou. Paixões à parte, estiveram a favor e contra, mas a grande conclusão foi essa: a melhor coisa para região é o desmonte do Minhocão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Vamos encerrar com a participação dos colegas da Mesa: Marta, Francisco, Iara e Arthur, que vão fazer suas ponderações. Agradeço a presença de todos e faremos outros debates.

Até fui repreendido por um colega da Aliança Bike, amigo nosso, que falou: "Puxa, Caio, você vai ficar defendendo a pauta do carro?" E respondi: "Não é defender a pauta do carro. Tem uma massa de pessoas que sequer sabem do Plano Diretor e que vem com argumento". Então hoje estamos fazendo um parque goela abaixo, o parque não dá resposta alguma para a questão do viário. O desmonte permite ampliar o fluxo, se disse que tem uma demanda e comprovar cientificamente. Eu acredito que não tenha, essa vermelha de fluxo é ilusória, é *fake news*, é só fora do horário de pico. No horário de pico, trava e não dá vasão. Enfim, o desmonte te permite ampliar, se essa for a solução técnica-científica, até para desarmar, porque a gente tem que ter apoio, senão a gente vai perder essa discussão, vai travar o debate e a gente vai ter um impasse. Então, a gente tem que pautar a política pública por fatos.

Quero propor uma próxima audiência para debater a questão do viário. A gente está se programando para fazer algumas imagens aéreas e mostrar, tem que desenhar para as pessoas, para elas enxergarem que quando você vem do sentido Centro para o sentido Oeste e cai na Francisco Matarazzo, são duas faixas e uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 16 DE 23

Folha nº	16	do Proc.
Nº	PL-78	de 20
Ugo Pozo		
RF 11.209		

fls. 27

faixa para ônibus. Essa é a capacidade máxima da Francisco Matarazzo.

Vejam só, você sai rapidinho do Centro e chega na Francisco Matarazzo, quando chegar lá trava. Ai quando chega na frente do Bourbon, da Casa das Caldeiras, amplia e flui; e some trânsito. A mesma coisa ocorre no sentido oposto: você vem do Bourbon para cá, pega o Minhocão, desce na Praça Roosevelt. Há duas faixas que vêm da Consolação e entra embaixo da Praça Roosevelt, duas do Minhocão por cima; e duas por baixo da Amaral Gurgel. Depois, há seis faixas chegando ali e ficam cinco embaixo; vai afunilando para quatro, quando chega no acesso da 23 de Maio é uma faixa só na curva da direita; e na Radial Leste são duas.

Então, na temática, se a gente desenhar isso para as pessoas, elas verão que não tem jeito, pode fazer 10 andares de Minhocão, que quando chegar ali vira um funil. Então é preciso explicar isso, por isso é que precisamos de uma audiência pública só para a questão do trânsito, que acho importante, faz parte do debate.

Tem a palavra a Sra. Marta, Presidente do Conseg Consolação.

A SRA. MARTA LILIA PORTA - Boa noite a todos. Além de ser Presidente do Conseg Consolação, sou Presidente da Associação dos Moradores do bairro da Consolação e, não é por acaso também, graças ao apoio de vocês, consegui entrar no Conselho Municipal de Transporte.

Aos Vereadores presentes, agradecemos muito o empenho, porque a gente está um pouco descrente da Câmara Municipal, a gente sofreu muito na época da lei de zoneamento, não fomos ouvidos; gastamos materiais quando viemos aqui e mostramos que a lei de zoneamento estava errada; mas não fomos ouvidos, não responderam, e outras coisas que aconteceram aqui.

Tem Vereador que parece que só vem para fazer negócio, então é muito sadio, é muito bom ver a velha guarda, com nosso querido Vereador Mario Covas Neto, que sempre com essa postura inteligente, férrea e transparente, que é muito importante. E o nosso amigo, Vereador Caio, tem nos mostrado que a política é renovável, com sua nova política, e pode dar as mãos à velha guarda.

Vou fazer algumas considerações. Primeiro, é muito repugnante a ausência de qualquer pessoa que esteja pensando em outras possibilidades. Estou me referindo ao Vereador Police Neto. Outra coisa que me deixa muito entediada é a ausência do pessoal da CET e, muito mais, do Secretário Chucre, que teve a ousadia de fazer declarações muito feias ultimamente contra quem está protocolando ofícios e reclamando na justiça pelas coisas erradas que se fazem na Prefeitura, que não é de hoje, não é questão desta administração, é problema de tempos aqui. Por isso foi muito desagradável a declaração do Secretário dizendo que são duas ou três pessoas que estão reclamando e não deixam fazer nada na cidade de São Paulo.

Meu amigo Fernando Chucre, se o senhor fizesse as coisas certas, de repente a gente nem se preocuparia em ir à justiça para reclamar de nada.

Fui à última reunião do Conselho Municipal do Transporte, onde teoricamente iriam nos mostrar as vantagens do projeto do Parque Minhocão. Como foi falado anteriormente, ilha da fantasia é pouco para esse projeto, que é misturado com Star Wars, outras coisas mais.

Realmente não mostraram dados. Tiveram a ousadia de mostrar dados de 2010? Estamos em 2019. A CET trouxe dados viários de 2010. O Secretário, naquela oportunidade, falou que o que estava acontecendo embaixo do Minhocão era de baixo impacto social. Sabe quantas famílias estão dormindo embaixo do Minhocão, na altura da Marechal Deodoro? Mais de 50 famílias.

O Presidente do Conseg Santa Cecília disse que tínhamos de reforçar o policiamento, porque já não eram só pessoas morando ali. Essas pessoas desesperadas começaram a cometer crimes. Não se podia parar no semáforo que era assaltado. Então isso é de baixo impacto? Estamos mentindo à população? Como assim?

Os estudos da CET mostram impacto até a Amaral Gurgel. Gente, mas a Caio Prado fica parada 40 minutos aos sábados de manhã, desde que o Minhocão foi fechado nos finais de semana, e eu também tive que pedir reforço do policiamento porque a quantidade de menores de idade batendo no vidro do carro das pessoas, que ficam esperando 40 minutos para poder atravessar do lado da Maria Antônia. É impressionante.

Perguntei ao pessoal da CET: Cadê o estudo? Onde vão parar os 70 mil carros diários? E estou esperando a resposta. Não mostram. E o pior de tudo é ver o Secretário pedindo instruções a cada cinco segundos para o Vereador Police Neto. Quem manda nesse projeto? A Prefeitura ou o Vereador Police Neto?

O Police Neto foi chamado pelo Ministério Público e foi advertido de que estava fazendo coisa errada, mas nem ligou para o Promotor Público. Esse é o comportamento de um representante nosso? Triste, mas vocês precisam saber que ele foi chamado e advertido de que estava fazendo algo errado e que teriam muitas consequências legais nisso. Sem choro, em palavras de um bom português.

Dados incompletos sobre a Caio Prado, sobre a Santa Cecília, sobre a Maria Antônia, já temos problemas com a Rua Maria Antônia às sextas-feiras com todo o pessoal das faculdades que, praticamente, fecham a rua. Imaginem com tudo fechado. Não sei o que vamos fazer. Para que criar um parque se agora a partir de setembro ou outubro, acho que a obras do Parque Augusta, diferente do Parque Minhocão, suposto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17594** DATA: **12/08/2019** FL: **17** DE **23**

Parque Minhocão, serão iniciadas? Não entendi. Outra, asseguram que o parque vai custar tanto, quando vocês viram que uma obra neste país dizem que vai sair "x" e sai "x"? Praça Roosevelt, ia custar oito milhões, passou a 18, a 33, passou a 40 e terminou em 55, e não sabemos, porque não conseguimos encontrar os contratos. Está tudo escondido, não sabemos o quanto custou. Ai tem uma porcaria, com um "p" bem grande.

Se não temos dinheiro, como foi bem falado por uma das pessoas, se não temos dinheiro para cuidar dos parques, que já estão abertos, nem para fazermos a reforma e para colocar mais guarda civil, que até setembro não tem viatura, outra coisa, que só Jesus. Como cuidar desse espaço? Eu fiz a pergunta nesse dia do Conselho Municipal de Transportes, sabe qual foi a resposta do Secretário Chucre? Vamos ter uma base comunitária móvel da Guarda Civil Metropolitana e duas motos. Uau! Eu tenho dez guardas civis na Praça Roosevelt em 25 mil metros quadrados e eu não consigo tirar os caras que fumam maconha, nem roubo de celular, e olha que eu bato nos coitados dos guardas, não é? Vai, vai fazendo.

Então, tudo está saturado nesta cidade. Vamos saturar mais? As coisas que se devem fazer nesta cidade precisam mudar - não tenha dúvida nenhuma. Mas não ouvindo os moradores da região Central, porque estamos até aqui! Ainda querem fazer tudo em cima da gente, desde a Av. Paulista até o Minhocão. Estamos fartos. Não aguentamos mais! E vamos entrar por qualquer coisa na Justiça - vou avisar vocês. Que não chamem a gente para discutir. Tenha a certeza disso. Cansamos! Não somos árvores. Não somos uma parede. Somos pessoas e muitas de nós fazemos 40, 50 anos que moramos aqui na região central. Merecemos um Centro bom. Não que encham e venham aqui dizer: Não, o Centro precisa ter mais gente. Aonde? Não tem nem transporte. Pega o metrô às cinco da tarde aqui na Praça da República, eu te dou um prêmio se você consegue passar em quinze minutos. Você não consegue passar na catraca. Onde mais quer enfiar gente aqui? Primeiro faz alguma coisa com o que está. Façam bem. Então nós colaboraremos, se não, seguiremos na combativa.

Mais uma vez, muito obrigada e esperamos que isso tenha um bom fim. Estamos aqui para ajudar, mas também para vigiar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Seguindo a ordem, vou passar a palavra ao colega Artur Monteiro.

O SR. ARTUR MONTEIRO - Boa noite aos presentes. Boa noite à Mesa. Boa noite ao Caio. Boa noite ao Vereador. Agradeço o convite, estou aqui representando a Patrícia, que é Presidente do Conseg da Bela Vista, e que por uma questão de saúde, ela não pode comparecer. E eu, como 1º Secretário do Conseg, estou aqui a representando.

Para quem não me conhece, meu nome é Artur, já fui do Conselho Participativo, já fui do Conselho do Orçamento Participativo, já fui do Conselho Municipal de Políticas Urbanas, enfim, tenho um vasto conhecimento da região do Centro.

Vou só falar uma parte, complementar a fala dos Vereadores, de como foi o processo participativo do Plano Diretor. Na realidade não houve, vou resumir bem. O projeto do parque veio por meio de emenda parlamentar, sem debates junto à Câmara. Falar que o plano, como já escutei aqui, que o Plano Diretor é perfeito, é mentira. É uma grande mentira, porque ele está repleto de imperfeições e repleto de erros. Um dos erros voltado para o parque é aquele que fala que a área do parque criada é Zepam, Zona Especial de Proteção Ambiental. Já lhe fere, justamente, a parte do zoneamento que ali nunca foi e nunca será Zepam. Eles fizeram isso, justamente, por quê? Porque na época se falava muito, dentro do plano que foi debatido entre parques municipais no Plano Diretor, havia apenas dois parques sendo debatidos no Plano Diretor: o Parque Augusta e o Parque dos Búfalos. Nenhum outro parque entrou para debate no Plano Diretor.

Então como você coloca um novo parque se não foi debatido? E os dois parques, por incrível que pareça, eram Zepam. Então a maneira de se debater o parque Minhocão, era criá-lo dentro uma ementa, dentro de Zepam. Não tinha outra alternativa a não ser colocar assim, porque ele não foi amplamente debatido, democraticamente - como eles queriam. E também como uma solução para criar o parque, porque quando se cria Zepam, existe um fundo, que é o FEMA, Fundo Especial de Manutenção Ambiental, que permite que se tire dinheiro para se criar o parque. Então foi montada toda a logística, vamos aprovar, enfim, já foi criado o parque. E no primeiro dia, quando a Câmara saiu do recesso, o PL 10/2014, criou o parque Minhocão - simples assim.

Então, a partir daí, nós já tínhamos outros problemas relacionados na região Central relacionado à segurança e aí foi quando um evento vindo de cima para baixo, afrontando todos os Consags da região, que a gente falava que ali não podia ter eventos, e foi quando eles resolveram fazer uma virada cultural no Minhocão e foi aí que a população se reuniu, juntamente com as associações de moradores e falou: chega! Se nós não somos escutados por bem, vamos ser escutados por mal. E nós procuramos a quem deve fazer o direito, que foi o Ministério Público. Não foi uma, nem foram duas. Três ações que correm hoje no MP por falta de o Poder Público escutar a população.

Então essas são minhas contribuições: falar que o processo não foi nada participativo. A gestão atual continua ignorando os moradores da região central, continua ignorando as associações de moradores e nós não vamos permitir mais que todo o processo venha a galope, simplesmente porque a região central dá

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULOSECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº	17	do Proc.	15
Nº	12-98	de 20	18
Ugo Pozo			
RF 11.299			

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 18 DE 23

visibilidade ao programa de Governo. Se eles querem fazer, eles vão fazer, como eles vão arcar com as consequências, nós já deixamos bem claro.

Estamos fazendo agora neste mês de agosto, início de setembro, o primeiro encontro com todas as associações e conselhos da região central, em que iremos criar uma grande fundação, uma grande associação, e nós vamos sim, tirar o prefeito Bruno Covas do poder por abuso de autoridade. Ele não tem participação e não fala pelos moradores. Ok? Não vem ao caso, mas já estou adiantando bem. Ou ele para e escuta a população, ou ele vai ser convidado a sair do Governo.

Outra coisa: ele está usando o PIU da região central para fazer o que ele bem quer na região. O PIU da região central não está sendo bem-vindo. Todo PIU que ele colocou até agora está sendo questionado na Justiça: Arouche, Minhocão e agora o Vale do Anhangabaú. Para que vocês tenham ideia: na época, o Fernando de Mello Franco era o Secretário do Desenvolvimento Urbano e eu fazia parte do Conselho Municipal de Políticas Urbanas. Ele levou de uma maneira marota, e até a audiência lá na Câmara de Vereadores em dezembro, a nossa ordinária. Ele suspendeu a reunião e marcou no mesmo dia e horário que acontecia um debate na Câmara de Vereadores, justamente para falar sobre o Vale do Anhangabaú.

Então a população estava aqui defendendo a não aprovação da reforma e ao mesmo tempo estava sendo aprovado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano o projeto como ruas abertas, de uma maneira embutindo para que a gente aprovasse. Só que ele não deliberou, e como teve uma grande briga, uma grande discussão do entorno, a ata veio praticamente distorcida do que aconteceu. E aí quando fomos pedir a gravação, que todas elas eram gravadas, simplesmente, o áudio danificou-se. Entenderam?

E esse projeto, nós fizemos questão, como Conselho Participativo, de levar para todas as associações da região central. Ele foi aprovado no Vivo Centro, que representava todo o Centro Velho como Centro Novo, não foi aprovado. Foi levado para debater em todas as ações locais, não foi aprovado. E eu como do Conselho Participativo fiz questão de levar para ser debatido dentro do Conselho Participativo, onde chamamos as lideranças, fizemos atas e fizemos tudo e o resultado? Não foi aprovado. Então o projeto do Vale do Anhangabaú não teve a participação da sociedade, aliás, teve a participação da sociedade, porém o resultado é: não foi aprovado, simples assim.

E o que diz a Lei Orgânica Municipal? Que todo o desenvolvimento de Cidade, como têm gastos elevados, tem que se fazer audiência pública e tem que ser escutada a população, ou seja, a única pessoa que não está escutando é o Prefeito Bruno Covas. Provavelmente, ele deve ter um problema de Pair, Perda Auditiva. De repente ele deve morar em torno do Minhocão e aí ele não escuta bem a comunidade. Só pode ser isso, às vezes, de repente, o barulho vai até a Barra Funda. Mas, vamos lá.

Gostaria de falar um pouquinho aqui do que vocês falaram, só para complementar. Pode ser?

O Geraldo fala que sua esposa tem problema de saúde adquirido pelo entorno do Minhocão. Dentro dos estudos apresentados no projeto do parque; vejam bem, eles não sabem nem o que escrevem. Dentro do projeto, a própria Prefeitura reconhece a insalubridade do local. Se a própria Prefeitura reconhece, ela está assinando em branco o quê? Que o local é insalubre, portanto, como qualquer programa de Governo, você não pode criar programa de Governo em local insalubre. A mesma coisa é você não poder criar creche, de repente, no aterro sanitário, ou seja, a Prefeitura rasga a lei, para fazer o que ela bem quer. Antes de se criar qualquer projeto de Governo, você tem de fazer o quê? Tirar primeiro a insalubridade, mostrar que ali não é mais insalubre para depois colocar um equipamento público no local. Então, rasga-se toda a legislação para se fazer o parque. É um grande erro, de novo, dessa gestão que está vindo aqui.

Outra coisa, só para pegar o adendo da Marta. O próprio Prefeito agora, recentemente, disse que vai pedir indenização de 60 mil dos prejuízos, contra a associação que entrou com ação. Então, que ele também indenize todos os moradores do entorno do Minhocão pelos problemas de saúde que eles já tiveram no decorrer desses anos. Não é bom? A lei tem dois vieses, ou só tem um. (Palmas) Tem outro melhor ainda: que ele indenize todos os comerciantes da Rua 7 de Abril para aquela obra que todo mundo disse "não" e que colocaram goela abaixo, porque até hoje, quando chove forte, a água adentra nos estabelecimentos comerciais, até hoje está sob judice, e que até agora ninguém foi indenizado. Então, Prefeito, vamos indenizar todo mundo, porque você fica fazendo essas coisas erradas na Cidade.

Parte 2. A Mariana narra a história de que lá tudo pode, fala também dos portões e da fiscalização. Eu gostaria de falar o seguinte: uma das ações que temos na MP fala sobre a incomodidade dos moradores. Pois bem, ficou decidido, se não me falha a memória em janeiro do ano passado - fez um ano agora. Em janeiro do ano passado, o Prefeito da Sé deveria colocar os portões de acesso nas alças justamente para garantir a segurança dos moradores e usuários, ou seja, teria que colocar nos portões uma forma de garantir que não tenha superpopulação. Agora eu faço uma pergunta: por que até hoje não colocaram esses benditos portões? Não é por falta de dinheiro. Se o Prefeito tem dinheiro para rasgar 60 milhões no Vale do Anhangabaú, um portão não vai custar 60 milhões de reais. É uma questão de força de vontade.

O Rogério Peixoto fala sobre o Cades, ele é de lá e fala que o Prefeito copia mal os projetos de fora. Cades, para quem não sabe é Conselho Ambiental Desenvolvimento Economicamente Sustentável. Na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 19 DE 23

Prefeitura da Sé, Caio, nós não temos Cades, até hoje. Nós do Conselho Participativo já pedimos, inclusive, também está no MP. Para falar a verdade, nós temos mais de 30 ações no MP, uma delas envolve o Cades. Por que a gente tanto quer o Cades? Para que vocês entendam: o Cades regulamenta comida de rua. Então se há falsa fiscalização ou suborno, o Cades consegue controlar melhor isso. Para resumir: o processo está parado desde a época do Alcides Amazonas, que era o Prefeito da Sé, simplesmente, só para fazer o edita e, até hoje, a Prefeitura da Sé se nega em fazer o edital. E a parte do Minhocão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARTUR MONTEIRO - Isso. O Conselho Participativo tem provocado, só que a gestão atual não quer ativar o Cades, e na questão do Minhocão, como envolve sustentabilidade, ele iria brear o famoso jardim vertical. Então, como a gente não tinha o Cades para falar que o jardim vertical não traria a compensação ambiental, como foi desenhado, a gente teve de entrar no Ministério Público, também.

Não posso me estender muito, mas para que vocês entendem: o jardim vertical tem um grande equívoco, porque as empenas cegas não estão de frente para o Minhocão. Os jardins verticais estão nas laterais, só que a grande concentração de monóxido de carbono vem debaixo do Minhocão, porque o trânsito está passando embaixo, ele condensa na parte debaixo da estrutura e sobe adensado nas janelas. Então o grande problema da parte do monóxido de carbono, que é altamente cancerígeno, não está nas suas laterais, estão nas janelas direto dos apartamentos.

Então os jardins verticais não vão fazer esse grande efeito como o pessoal falava, porque na realidade tinha de colocar nas janelas dos apartamentos e não nas laterais. Logo, conseguimos provar que o jardim vertical não era uma compensação ambiental, como um decreto do Haddad que tirou milhões de uma compensação ambiental, inclusive sem passar no "Cadão". Então, vocês que são do Cades, o Prefeito, através de uma emenda parlamentar, tirando dinheiro diretamente do Cades, sem passar por uma análise. E nós conseguimos brear isso também na Justiça.

Outra coisa: o Sr. Arlindo Amaro fala da Operação Urbana. Vamos lá. A Avenida Pacaembu divide duas operações urbanas: da Avenida Pacaembu para lá é Operação Água Branca, da Avenida Pacaembu para o Centro é a Operação Urbana Centro, da Marginal para lá é Avenida Arcos do Tietê. Nós temos, na realidade, cinco operações na região urbana. Todo o potencial construtivo volta para as operações urbanas para ser usado do dinheiro da própria região.

Então falar que a Prefeitura não tem dinheiro para desmontar o Minhocão é mentira. Por quê? Porque Água Branca tem dinheiro e a Operação Urbana da região Central tem dinheiro, e o desmonte do Minhocão são 23 milhões apenas. Então dá para tirar dinheiro do Fundurb respeitando os seus potenciais para habitação, mobilidade e tudo, e ainda sobra dinheiro dentro das Operações. É força de vontade. O que eles querem então? Eles já fizeram muito, que é uma nossa briga aqui da região central. Todo o dinheiro da nossa Operação Urbana praticamente foi gastado a rodo, simplesmente, para a Praça das Artes, que é aquele equipamento cultural, que vai da 7 de abril com fundos para o Vale Anhangabaú.

O projeto inicial previa, aí vem agora a reforma do Vale para que vocês entendam, por que a Prefeitura está forçando a reforma do Vale. Para quem nunca observou o projeto da Praça das Artes, voltado para o Vale do Anhangabaú é totalmente aberta. E por que ela é totalmente aberta? Porque ela vai fazer parte ao grande projeto do Vale do Anhangabaú, com dois grandes palcos apresentados no projeto inicial com espelhos d'água, chafariz e tudo. Então ele é um complemento da Praça das Artes. E só não saiu porque nós moradores começamos a brigar falando que a gente não queria que saísse mais dinheiro das Operações Urbanas para fazer isso. Então nós nos juntamos à época com os movimentos de moradia e falamos assim: é habitação? Pode usar para qualquer coisa, mas para a Praça das Artes, para o Vale do Anhangabaú, vocês não vão usar mais um centavo.

Então, isso já era para ter saído lá atrás, na época do Haddad. Não saiu porque nós moradores deixamos bem claro desde lá atrás que não iria sair mais nenhum centavo para o Vale do Anhangabaú. Ali o problema é zeladoria urbana eficiente, uma coisa simples, com baixo custo de investimento, e a gente tem uma imposição vinda do Governo.

Para finalizar a história do Anhangabaú, em cujo mérito não vou mais entrar, vem de novo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, apresenta o projeto do Vale do Anhangabaú e outros projetos do Centro para o Conselho Participativo, falando que ali... Vou voltar um pouquinho: o Plano Diretor determinava áreas de intervenções urbanísticas dentro das suas microrregiões. E na região central, alguém do Executivo achou bonito, lindo, maravilhoso falar que tinha que ter uma rota turística vindo da Estação da Luz até o Vale do Anhangabaú com equipamentos culturais 24 horas como também fazer um grande corredor cultural descendo a Avenida Paulista até o Largo do Arouche, acabando, em outra ponta, também no Vale do Anhangabaú. Vocês já imaginaram o que seria atrações turísticas 24 horas em nossas portas, descendo a Rua Augusta e a Rua da Consolação, terminando justamente no Vale do Anhangabaú, passando por Parque Augusta e descendo pelo futuro Parque Minhocão? É isso o que eles estão propondo. E como eles não conseguiram, eles estão comendo pelas beiradas, impondo a nós que aceitemos isso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº 18	do Proc. 31
Nº 11-38	de 20 18
Ugo Pozo	
RE 11.299	

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 20 DE 23

A questão da Amaral Gurgel não é que simplesmente escolheram a Amaral Gurgel, para fazer a obra no seu início; não é. A Amaral Gurgel faz parte de um plano macro que é simplesmente para isto: ligar a Augusta até o Largo do Arouche. Por que vocês acham que eles resolveram fazer o Largo do Arouche, gente? Acordem. Vamos acordar. Vou explicar o que acontece. Terminal Amaral Gurgel: ele vai ser o grande projeto de três andares, com um monte de vidro, e ali será o centro administrativo do futuro parque. Por isso é que eles querem tanto a Amaral Gurgel. Quem administrar a Amaral Gurgel irá administrar o Largo do Arouche e a Roosevelt; vai administrar tudo. E ali você vai ver, do terceiro andar, toda a paisagem da parte de baixo. A mesma coisa está acontecendo no Vale do Anhangabaú: eles estão passando para a iniciativa privada o Edifício Martinelli, pois justamente lá de cima se pode ver todo o Vale do Anhangabaú revitalizado. Ai, você vai pagar uma comida lá em cima caríssima justamente por isso.

Todo o processo está articulado justamente para que a Prefeitura faça o que eles querem, rolando muita grana por fora, e a população da região central não está participando da discussão de todo esse projeto. Já deixamos bem claro: isso não vai acontecer, nem que a gente tenha que brigar, ir para a rua, ir para o Minhocão e não deixar que seja feita uma obra sequer. Estamos falando isso porque não vamos deixar! Se a Prefeitura não tem dinheiro...

Só para que vocês entendam: algum tempo atrás, a Prefeitura falou o quê? "Nós não temos dinheiro", "Vamos aumentar o IPTU". Mexeu no bolso de todo mundo. Agora, ela pega o dinheiro que entrou e rasga o dinheiro dos contribuintes ao colocar em obras que não existem.

Não vou me aprofundar, haveria outras coisas a falar, mas é isso o que tenho a falar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) - Tem a palavra o Sr. Francisco Gomes Machado, Presidente do Conseg Santa Cecília.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Boa noite, Vereador Caio Miranda; boa noite, Vereador Mario Covas Neto. Srs. Membros da Mesa, senhoras e senhores, eu poderia falar como Presidente do Conseg Santa Cecília, poderia falar como Diretor do MDM, poderia falar também como morador, pois minha família é do Rio de Janeiro, mas resido em São Paulo há 20 anos, portanto desde 20 anos atrás acompanho os problemas que essa estrutura do Minhocão provoca a milhares de pessoas que residem ao longo desses 2,8km de extensão.

Todos os estudos - a exposição da Dra. Yara Góes e dos outros especialistas, arquitetos, engenheiros -, todos dizem que a opção válida é o desmonte daquela estrutura. Não há outra opção. Como carioca de origem, vou sempre ao Rio de Janeiro visitar minha família, acompanhei naquela cidade o mesmo filme que hoje se está hoje tentando passar aqui em São Paulo. A Perimetral, 5,5km, o mesmo lobby de uma firma - do exterior, inclusive, com escritórios aqui no Brasil - que se destina à exploração de espaço público para eventos. Então, no Rio de Janeiro, eu sou testemunha, é o mesmo filme. A Perimetral do Rio de Janeiro toda cheia de árvores, passarinhos cantando, uma verdadeira aberração; porque, em simulação digital pode-se transformar um esgoto em um paraíso terrestre. Foi o mesmo filme no Rio de Janeiro. E não estou dando aval à figura do prefeito de lá; estou dizendo que em relação ao desmonte, de um lado, e à da demolição, de outro, do Minhocão do Rio de Janeiro, ele foi um prefeito que teve tutano. Desculpe, mas ele honrou as calças que usa; e, com uma canetada, mandou desmontar aquela porcária e demolir outra parte; e fez, meus caros senhores e caras senhoras, amigos, o belo Boulevard Olímpico, que hoje atrai milhões de turistas ao Rio de Janeiro, apesar de todos os problemas daquela cidade. É uma coisa impressionante o VLT elétrico, pois é proibido ônibus a diesel. O Museu que foi feito lá, na parte onde se desmontou o famigerado Minhocão de lá, Caio - estatística publicada pelo jornal *O Globo* -, teve, em 2018, mais visitantes, entre moradores e turistas, do que os nossos quatro principais museus, porque ao se retirar aquela estrutura, atraiu-se turismo e progresso. Aqui estamos discutindo o óbvio ululante. Tenham dó!

A mesma firma de lá passou para São Paulo e fez esse lobby. Então, o que estamos assistindo aqui é outra sessão, que não vale a pena ver de novo. Eu vi no Rio de Janeiro e agora estou presenciando essa mesma porcária aqui? Por favor!

Poderíamos falar por toda a noite, pois são vários os problemas que nos aparecem em reuniões do Conseg. O nosso amigo falou da questão da depressão. A diretora do posto de saúde da Rua Vitorino Carmilo foi até uma de nossas reuniões e externou que o posto só tem capacidade de atender de 200 a 250 consultas psiquiátricas. Estamos com solicitações, Caio, de 600 consultas psiquiátricas por mês, por problemas causados pela estrutura decrépita do Minhocão! Tivemos, há menos de um mês, 2 suicídios no Minhocão, gente que se jogou lá de cima, se matou! Onde vamos parar?

Não quero me alongar muito, apenas gostaria de dizer o seguinte: pegando o gancho do que o Arthur e a Marta falaram, sobre a falta de transparência, a falta de diálogo com a população e com as associações comunitárias, que são representativas da sociedade, nós protocolamos em março deste ano um ofício do Conseg, conjuntamente com o MDM, à Prefeitura, ao Prefeito Bruno Covas, solicitando uma reunião. Não pedimos favor nenhum. Ele é um funcionário público, pago com o dinheiro dos nossos impostos. (Palmas) Pois

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17594** DATA: **12/08/2019** FL: **21** DE 23

bem. Esse ofício, que pede para nós sermos ouvidos, está engavetado até hoje, agosto, e não há uma satisfação. Pergunto aos senhores: isso é democracia? Estamos no Estado Democrático de Direito. Quem tem os direitos? São os senhores! E não venha o Sr. Chucre, que deveria estar aqui hoje para ouvir os senhores falarem, não venha dizer que quem está fazendo todo esse movimento contra o parque e a favor do desmante é uma minoria. Pergunto ao Sr. Chucre: de quantas pessoas – Secretários e Subprefeitos – é composta a equipe do Sr. Prefeito, em comparação com os 13 milhões de habitantes da cidade de São Paulo? Depois, as coisas não se resolvem na base da maioria; não é quantidade, mas qualidade, que é o que está lamentavelmente faltando.

Por fim, eu gostaria de ler, Se o Presidente Caio Miranda permitir, uma fala de um promotor de justiça do Ministério Público, Dr. Marcos Lúcio Barreto, Promotor de Justiça do Verde e do Meio Ambiente. Nessa Promotoria, Conseg's, MDM e outras associações entraram com uma representação por causa dos malefícios que a estrutura do Minhocão causa à saúde dos 230 mil moradores. Esse promotor, muito consciente, saiu do seu gabinete com ar condicionado e as outras mordomias, foi para debaixo do Minhocão e andou os 2,8km falando com as pessoas, falando com os comerciantes, falando com os moradores. E, no oitavo andar, no Salão Nobre desta Casa, na primeira audiência pública sobre o futuro do Elevado, da qual nós participamos, esse Promotor de Justiça do Verde e do Meio Ambiente, Dr. Marcos Lúcio Barreto, após ter feito essa averiguação *in loco* – e vou repetir aos senhores as palavras que nós temos, gravadas –, disse o seguinte: “É preciso desmontar o Minhocão”. “É para a qualidade de vida das pessoas que moram ou trabalham ao longo do elevado, que já está degradada há mais de quatro décadas”. Prestem atenção, agora, na frase seguinte do promotor: “Que esse martírio...” Martírio, Vereador! Isso aqui é transcrição das palavras do promotor. Tudo o que os senhores sofrem, esse promotor disse aqui nesta Câmara Municipal: “Que esse martírio tenha um fim! Isso é razoável. Que se proceda ao desmante! Não tem outra alternativa”.

Com isso, eu encerro minhas palavras. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Passo a palavra agora à Sra. Yara Goes, do Movimento Desmante Minhocão e também da Ação Local Amaral Gurgel, e que nos trouxe, na última audiência pública, o Plano de Desmante, mostrando como ele é possível e tecnicamente viável.

A SRA. YARA GOES – Obrigada. Boa noite a todos. Cumprimento os membros da Mesa e os demais presentes. Nesta sessão não haverá aula, viu (risos). Fiquem sossegados, que não irei falar uma hora e meia, somente 5 minutos, ou nem isso. Todos já devem estar cansados.

O Arthur e todos os que falaram sobre o tema expuseram-no muito bem. Também a comunidade deu seu parecer. Então, não tenho muito mais a dizer. Eu só queria fazer um resumo em duas palavras. Eu resumo o Minhocão em duas palavras: problemas e gastos. Essa a definição de Minhocão, não há outra. São só problemas. Não se se outra coisa a não ser problemas.

O que acontece ali, resumidamente? O problema todo está naquela estrutura. Não adianta inventar absolutamente nada porque é a estrutura a causa de todos os problemas. Tudo o que fizermos ali não resolverá. Fico no sábado e no domingo naquela janela falando para o pessoal que defende que o ruído vai diminuir. Mentira: porque quem mora lá sabe que não diminui o ruído coisa nenhuma aos sábados e domingos. Os decibéis que abaxam sem os carros não é uma diferença suficiente, porque ali há muito barulho. Por quê? Porque aquela estrutura é uma caixa de ressonância. E, sendo uma caixa de ressonância, buzina lá embaixo, até no último andar dos prédios se escuta. Não adianta mudar a função para parque, porque não resolverá o problema. Somente tirando a estrutura é que nós solucionaremos tanto o tampão como o problema da caixa de ressonância.

Portanto, meus amigos, é essa a palavra final: é o desmante do Minhocão, como todos já falaram; e não há outra solução a não ser o desmante. Agradeço a todos vocês por estarem aqui nos ouvindo por todas essas horas. Foi muito bom estar aqui com todos vocês. Devolvo a palavra ao Vereador Caio. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Passo a palavra ao meu colega Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Bem, eu já tive oportunidade de dizer a vocês o quanto é importante a participação das pessoas no processo de discussão. É isso o que faz o Poder Público tomar as decisões mais acertadas, ou pelo menos aquelas que tenham embasamento para que erre menos.

Penso que sempre que a discussão é feita num bom nível, ela dá subsídios até mesmo para entendermos a posição contrária à nossa. O duro é quando fazemos uma discussão e começamos a agredir o oponente a ponto de não conseguirmos convencê-lo, mas provocando seu afastamento. Eu nunca vi alguém ser convencido depois de uma agressão feita, especialmente quando uma agressão leva a insinuações de corrupção, de levar dinheiro por fora etc.. Isso não me parece adequado. Se é assim, demonstre isso, ponha claramente no papel, mostre, faça um boletim de ocorrência, vá para o Ministério Público e mostre onde está a corrupção. A insinuação não leva a lugar algum, só leva a um distanciamento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 22 DE 23

Folha nº	19	do Proc.
Nº	2-98	de 20 18
Ugo Pozo		
RF 11.209		

fls. 33

Por isso, eu prezo muito a discussão técnica, a discussão até de pontos de vista, senão técnicos, ideológicos. Agora, discussão sobre caráter, discussão que leva em consideração o não interesse público, parece-me absolutamente inadequada. Eu não esperava escutar isso aqui. Desculpem o desabafo, mas não dá para ficar calado ouvindo alguém fazer insinuação de que há muito dinheiro rolando, porque não há. Não dá para escutar isso e ficar calado. Se há uma diferença pessoal, trate-a pessoalmente, não publicamente, sob pena de responder por isso, já que quem acusa tem que provar. Insinuação não dá. É a mesma coisa que dizer que eu e o Vereador Caio estamos sendo manipulados por uma empresa de desmonte do Minhocão para apresentar esse projeto e estamos levando muito dinheiro para isso. É necessário, portanto, tomar um pouco de cuidado.

Audiências públicas como esta, Vereador Caio, são absolutamente fundamentais porque também nos dá a oportunidade de conhecer quem são os nossos adversários e quem está do nosso lado.

Agradeço a todos vocês a presença e espero que, na próxima audiência pública, compareçam novamente e peço que cada um traga mais uma pessoa, pois quanto mais gente discutindo, do mesmo lado, maiores são as chances de convencer os demais Colegas da Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Registro a presença da professora Anne Marie e gostaria de franqueá-la a palavra. Acho importante, pois é professora de Urbanismo e Arquitetura que pode contribuir para o debate.

A SRA. ANNE MARIE SUMMER – Boa noite a todos. Cheguei muito tarde, mas coincidentemente, houve uma discussão na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo que contou com a participação de três faculdades de Arquitetura: a do Mackenzie, onde eu dou aula, a FAU-USP, que sediou a discussão, e a Escola da Cidade. O assunto foi exatamente este: o que fazer com o Minhocão.

Acho que essa é uma discussão muito grande, e a minha posição é pública. Sou contra por todas as questões que já foram defendidas: pela insalubridade, pela incomodidade pública, pela impossibilidade de supor uma vivência, sobretudo naquele baixo, escuro, degradado, insalubre, assim como na parte superior, onde as pessoas acabam ficando expostas a essa situação que lhes atinge na própria intimidade da casa.

Absolutamente não quero me estender, mas fiz questão de vir, porque acho muito importante esta iniciativa da sociedade civil.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Para encerrar, quero reforçar que eu concordo com o meu Colega Mario Covas. Claro que os representantes da sociedade civil que estão aqui, muitas vezes, expõem sua visão da política de uma forma calorosa e apaixonada, e nós que estamos na política temos sempre que preservá-la. Evidentemente eu tenho críticas em relação à questão do Minhocão e vou brigar até o final, mas eu tenho respeito pelo Sr. Prefeito, porque sei que não deve ser nada fácil comandar um monte de Secretários, Subprefeitos e lidar com a cobrança dos Vereadores. É uma equação muito difícil.

Tacar pedras, portanto, é fácil. Eui mesmo fui eleito tacando pedra no Prefeito anterior. Várias que eu taquei, mantenho, mas, em relação a outras, já revi e acho que S.Exa. não fez porque não teve mesmo condições, e parte dessas condições passa por nós desta Casa. Daí ser fundamental manter o respeito.

Percebi que lá em Brasília, toda semana, os Ministros vão à Câmara debater e serem sabatinados pelos Deputados. Isso dá protagonismo aos Deputados. Aqui, convocar um Secretário para falar gera crise.

Por isso, espero que o Vereador Mario Covas possa me apoiar na ideia de criarmos esse hábito.

O SR. MARIO COVAS NETO – Na Assembleia, não sei exatamente qual o tempo, mas é obrigatória a ida dos Secretários. Cada um dos Secretários estaduais é obrigado a ir lá prestar contas, e acho que isso tem que ser implementado aqui, sim. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Vamos iniciar esse movimento, porque isso vai levar a Câmara para o debate. É um absurdo isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Isso vai permitir que esses Secretários mostrem o que estão fazendo, porque tem coisa boa sendo feita que não é divulgada. Por exemplo, estive hoje num debate com jovens na Vila Nova Cachoeirinha, no qual foi citado o aplicativo CIL-SMPED. Inclusive gostaria de parabenizar os intérpretes de LIBRAS, profissionais que estão fazendo a tradução do que estamos falando.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Caio Miranda Carneiro) – Só é possível localizar esse aplicativo na loja dos aplicativos se for digitado CIL ("C", "I", "L" traço "S", "M", "P", "E", "D") – Secretaria Municipal da Pessoa com

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17594 DATA: 12/08/2019 FL: 23 DE 23

Deficiência. É uma baita ferramenta para a pessoa que tem deficiência auditiva, que pode entrar no programa, selecionar qual serviço público quer utilizar, não só municipal, que o aplicativo liga, por WhatsApp, por vídeo, para um profissional que traduz em LIBRAS e faz a interlocução com o serviço público que a pessoa quer. Isso resolve 90% das queixas que nos chegam, e não está divulgado.

Por isso, nós temos que fazer com que os Secretários venham aqui de uma maneira que eles não achem desonrosa. Se eu, por exemplo, convocar o Secretário Fernando Chucre para comparecer à CCJ ou se o Vereador Mario Covas convocar outro Secretário para comparecer a outra comissão, não será por desrespeito, mas por respeito. Quero, por exemplo, que o Secretário Chucre venha aqui e explique por que ele quer fazer o PIU do Minhocão, com esse parque, e por que, mesmo com a suspensão da liminar, S.Exa. quer insistir nisso e não quer enfrentar a realidade e divulgar qual será o custo real do desmonte, pois diz que é caríssimo. Então, que nos traga esse orçamento para confrontarmos, porque, se for inviável, ninguém vai defender o desmonte, pois ninguém quer dar murro em ponta de faca.

E isso vale para tudo. Como Vereador de primeiro mandato, concordo com o Vereador Mario quanto à geração velha guarda/nova guarda, porque é nossa postura. Estamos na mesma pegada, porque em relação à Cidade, que tem quase 500 anos, todos somos jovens. O que queremos é mudar, ver as coisas acontecerem. Por isso, Vereador Mario, vamos brigar para que os Secretários tenham uma rotina aqui nesta Casa, que venham, sim, prestar contas, responder a nós e à população. Chega dessa coisa de o Vereador só levar porrada, e a figura do Prefeito carregar todo o ônus sozinho, e os Secretários lá no ar condicionado, parados, muitos deles sem fazer porcaria nenhuma ou fazendo pouco, só no PowerPoint, sem dar a cara para bater, e depois saindo candidatos sem terem sido expostos durante o processo, muitos sendo culpados pela rejeição que o Sr. Prefeito está obtendo.

O Prefeito Bruno Covas acaba carregando essa conta, é tudo com S.Exa., mas cadê o Secretário Mauro Ricardo, o Secretário Fernando Chucre e os demais? Eles que venham dar a cara para bater e defender essas insanidades, e, se tiverem razão, daremos o braço a torcer e vamos respeitar.

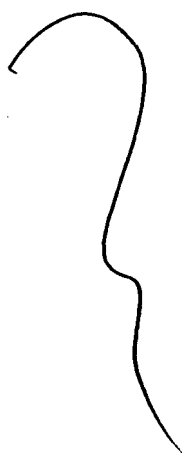
Agradeço de verdade a todos a presença. Faremos outras audiências públicas. Lamento e repudio francamente a ausência de um representante da Secretaria de Urbanismo, um desrespeito com esta Casa e com todos vocês. Tinham que estar aqui hoje.

Quanto ao Colega Police, prefiro não falar, uma vez que ele compareceu à audiência anterior. Mesmo com um ambiente contrário ao parque, ele participou. Se não compareceu hoje é porque deve estar com a agenda cheia, pois geralmente ele não se furta quando o chamamos para o debate. Eu tinha que falar isso, senão estaria sendo injusto. Nós discordamos, quebramos o pau nas ideias, mas sempre com respeito.

Em suma, quero deixar este recado destinado ao Governo, à Prefeitura: venham à Câmara, não tenham medo, mas tragam argumentos. Se estiverem com a razão, vamos dar o braço a torcer. Na próxima audiência pública a respeito do Minhocão, espero que o Secretário Fernando Chucre ou algum representante do Governo esteja presente, porque isso demonstrará respeito com a população.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

Está encerrada esta audiência pública.



Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s)
 e papel de informação rubricado(s) sob folha(s)
 nº 10 A 22. Em 02/10/19.

Ugo Pozo

RF 11.299 - SGP.12





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0098-18

Folha nº <u>20</u>	do Proc. N° <u>PL-98</u> de 20 <u>18</u>
Ugo Pozo	
RF 11.299	

fls. 35

PARECER Nº 1825/2019 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0098/18.

Trata-se de projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Caio Miranda Carneiro e Mario Covas Neto, que dispõe sobre o desmonte do Elevado João Goulart ("Minhocão").

De acordo com o projeto, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o desmonte do Elevado João Goulart, popularmente conhecido como "Minhocão", devendo realizar avaliação dos impactos no trânsito da cidade e apresentar projetos de requalificação urbana, ambos no prazo de um ano a partir da publicação da lei.

Sob o aspecto jurídico, nada obsta a tramitação do projeto, eis que apresentado no regular exercício da competência legislativa desta Casa, fundada no art. 30, I e II, da Constituição Federal e nos arts. 13, I, II e XIV, e 37, *caput*, da Lei Orgânica do Município.

No âmbito do Município de São Paulo, tal competência legislativa foi expressamente prevista no art. 149-A da Lei Orgânica, segundo o qual *"a lei ordenará a paisagem urbana, promovendo-a em seus aspectos estético, cultural, funcional e ambiental, a fim de garantir o bem-estar dos habitantes do Município, considerando, de modo integrado, o conjunto de seus elementos, em especial os sistemas estruturais, viário e de transporte público, a topografia, os cursos d'água, as linhas de drenagem e os fundos de vales, como eixos básicos estruturadores da paisagem"*.

Acrescente-se que a edição de normas que regulem as edificações na cidade é indiscutivelmente atribuição primária do Município, posto que a ele a Constituição Federal atribuiu a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I), para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e para executar a política de desenvolvimento urbano (art. 182).

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), por sua vez, ao regulamentar o art. 182 da Constituição Federal, estabeleceu diversas diretrizes da política urbana, entre elas:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao

Relatório nº 2189/2018



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0098-18

Folha nº	21	do Proc.
Nº	98	de 20
Ugo Pozo		
RF 11.200		

fls. 36

transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

(...)

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

Na Lei Orgânica do Município também encontramos dispositivos que estabelecem claramente a competência para o regramento da matéria:

Art. 13 – Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 14, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

(...)

XIV – aprovar as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor, a legislação de controle de uso, de parcelamento e de ocupação do solo urbano;

As lições do ilustre jurista Hely Lopes Meirelles em sua clássica obra “Direito Municipal Brasileiro” (Malheiros Editores, 16ª edição, 2008) corroboram o quanto até aqui exposto:

Visando o Urbanismo, precipuamente, à ordenação espacial e à regulação das atividades humanas que entendem com as quatro funções sociais – habitação, trabalho, recreação, circulação – é óbvio que cabe ao Município editar normas de atuação urbanística para seu território, especialmente para a cidade, provendo concretamente todos os assuntos que se relacionem com o uso do solo urbano, as construções, os equipamentos e as atividades que nele se realizam, e dos quais dependem a vida e o bem-estar da comunidade local. (...)

As imposições de salubridade urbana destinam-se a manter a cidade limpa e saudável, como ambiente propício ao desenvolvimento de todas as atividades humanas. Além das condições de clima e solo, outros requisitos podem ser acrescidos ao agregado urbano, de modo a assegurar a salubridade pública (...)

Cabem, ainda, nestas limitações as exigências de espaços livres e áreas verdes nos loteamentos, a obrigatoriedade de drenagem dos terrenos destinados a edificação (...)

No caso, o presente projeto concretiza a competência legislativa municipal para a ordenação urbana, devendo prosseguir para análise de sua conveniência e oportunidade pelas Comissões de mérito designadas para esse intuito.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0098-18

Folha nº 22 do Proc.
Nº R-98 de 20 18
Ugo Pozo
RE 11.288

37

Durante a tramitação do projeto deverão ser realizadas duas audiências públicas em atenção ao disposto no art. 41, VI e VIII, da Lei Orgânica do Município.

Para ser aprovado o projeto depende de voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, nos termos do art. 40, §3º, XII, do mesmo diploma legal.

Ante o exposto, somos pela **LEGALIDADE**.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 02/10/2013.

AURÉLIO NOMURA

CAIO MIRANDA

RICARDO NUNES

CELSO JATENE

RINALDI DIGILIO

CLAUDIO FONSECA
Relator

RUTE COSTA

REIS

SANDRA TADEU

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 03/10/19

Pág. 121 Col. 3

Ugo Pozo
Ugo Pozo
RF 11.299

A Comissão de URB
Em 03/10/19
SEM EFEITO
RF 11.299

[Handwritten squiggle]

fls. 38

Matéria PL 98/2018. Documento digitalizado e autenticado por CARLOS EDUARDO GOMES. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbriuDocumento?plD=195136>

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado(s) sob folha(s)

nº -23- Em 04/10/19

Ugo Pozo

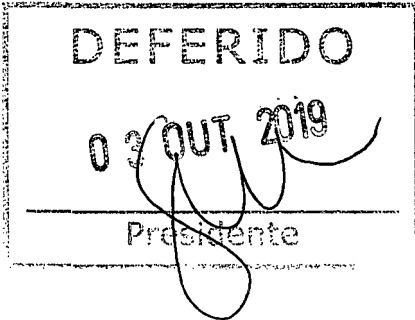
RF 11.299 - SGP.12

Ugo Pozo

Folha nº 23 do Proc.
Nº R-98 de 2018
Ugo Pezo
RF 11-200



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR CAMILO CRISTÓFARO



REQUERIMENTO

RDS
1066/2019

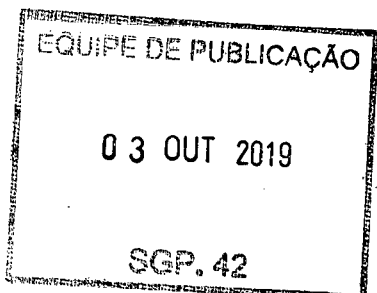
Requeiro nos termos regimentais, a **coautoria ao Projeto de Lei nº 00098/2018**, autoria do Vereador Caio Miranda, que **DISPÕE SOBRE O DESMONTE DO ELEVADO JOÃO GOULART ("Minhocão")**

Sala das Sessões,

Vereador Camilo Cristófar
LIDER PSB

De acordo:

Caio Miranda



Viaduto Jacareí 100 - 4º andar sala 404
Fone: 3396-4409

OSP - SGP. 22 - 03/10/2019 - 17:04 - 112550 - 2/2

02/08/2018
09:47
2018/08/02
15:11

02/08 - 22h 35 - 02/10/2018 - 13:04 - 11:32:00 - SUS

A Comissão de:
CCO
04/10/19

Tairo Batista Esperança
Técnico Administrativo
RF. 11.232

A Comissão de URB
Em 04/10/19 às 17h00
Ugo Pezo
RF 11.209

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente.
04 OUT. 2019
Secretário [assinatura] RF [assinatura]

Inamar Alves de Sousa Jr.
RF. 101.204 - SGP-12

Ao Vereador / A Vereadora
SOUZA SANTOS

Para relatar,
Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.
Em 09, 10, 20/19

Obs.: O prazo para manifestação é de 5 dias, nos
termos do § 3º artigo 63 do Regimento Interno.

Segue ✓ juntado ✓, nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado ✓ sob folha(s)
nº 24 e 25. Em 16 / 12 / 19

João Carlos D. Chaves
RF. 11.336 - SGP-12



Folha nº 24 do Proc
Nº 98 de 20 18
João Carlos Dias Chaves
RF 11136 - SGP.12

PARECER CONJUNTO Nº 2519/19. DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 098/2018.

De autoria dos nobres Vereadores Caio Miranda Carneiro, Camilo Cristófar e Mario Covas Neto, o presente projeto de lei "dispõe sobre o desmonte do Elevado João Goulart (Minhocão)".

A proposta autoriza o Poder Executivo a demolir o Elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão, devendo, contudo, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, realizar avaliação dos impactos no trânsito da cidade e apresentar projetos de requalificação urbana da região.

Segundo os autores, "a completa desativação e o desmonte do Elevado João Goulart (Minhocão), com a devida requalificação urbana da respectiva área, a partir de soluções adequadas de mobilidade urbana e de lazer para a população, é a opção mais adequada, do ponto de vista econômico e técnico, para a cidade de São Paulo, em plena consonância com o disposto no art. 375, parágrafo único, da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico do Município).

Considerado legal pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, este projeto de lei foi encaminhado para análise destas Comissões, a fim de ser analisado, conforme previsto no inciso II, III, V do art. 47 do Regimento Interno desta Casa.

Inaugurado em 1976, o viaduto, então denominado Elevado Presidente Costa e Silva, conhecido como Minhocão, com cerca de 3,4 Km, liga a região da Praça Roosevelt, no centro da cidade, à Av. Francisco Matarazzo (altura da Rua Cardoso de Almeida), na Barra Funda, foi construído com finalidade de desafogar o trânsito de vias localizadas em regiões centrais da cidade.

O futuro do viaduto vem sendo discutido há décadas, alguns entendem que a estrutura deve ser demolida e a área do entorno revitalizada, outros que esta deve ser transformada em parque, outros, ainda, que deve continuar como ligação viária. O fato é

Rel. 2015/2019
3076/2019



PL nº 098/2018

que a mentalidade do paulistano está mudando, e grande parcela da população já se utiliza de outros meios de transporte, o carro já não possui o mesmo *status* de antes.

Cabe destacar que a manutenção da estrutura, sem a função para que foi planejada, não contribuirá nem para adequação do sistema viário, nem para revitalização da região, que continuará sombria e hostil, além de necessitar de recursos vultosos para sua conservação.

Face ao exposto, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se **favoravelmente** à proposição.

Considerando que a proposição apresenta medidas importantes para a mobilidade urbana no município, a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica manifesta-se **favoravelmente** a sua aprovação.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, posicionando-se com parecer **favorável** à proposição.

Sala das Comissões Reunidas, em 11/12/19

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

Dalton Silvano

Arselino Tatto

Camilo Cristóforo

Fabio Riva

José Police Neto

Souza Santos

Toninho Paiva

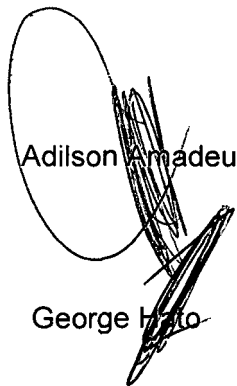


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL nº 098/2018

Folha nº 25 do Proc.
Nº 1198 de 20 10
João Carlos dos Chaves
RF 11.316 - SGP.12

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA


Adilson Amadeu

George Hato

Senival Moura


Quito Formiga

Xexeu Tripoli

Mario Covas Neto

Ricardo Teixeira

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Adriana Ramalho


Alessandro Guedes

Paulo Frange

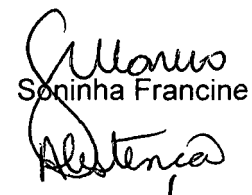
Atilio Francisco


Isac Felix

Rodrigo Goulart

Fernando Holiday


Ota


Soninha Francine
Alencar

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) republicado(s)
sob nº(s) 26 e
folha de informações nº 19
Marcia Gazoni
Auxiliar Técnico Administrativo
RF 51.579

– “PL 98/2018, dos Vereadores CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB), MARIO COVAS NETO (PODEMOS), CAMILO CRISTÓFARO (PSB). Dispõe sobre o desmonte do Elevado João Goulart (“Minhocão”). FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. “Aprovação mediante” voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (Parecer Conjunto PL 98/18)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 98/18. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Registrem-se os votos contrários dos Vereadores Antonio Donato, Eduardo Matarazzo Suplicy, Juliana Cardoso e José Police Neto. Está aprovado em primeira discussão, volta em segunda.